



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



SALIF SANÉ

A PORTA DA VIAGEM SEM RETORNO, DE DAVID DIOP: UMA ANÁLISE CRÍTICA
PÓS-COLONIAL

MANAUS

2026

SALIF SANÉ

A PORTA DA VIAGEM SEM RETORNO, DE DAVID DIOP: UMA ANÁLISE CRÍTICA
PÓS-COLONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Cristina Aguiar Rodrigues.

MANAUS

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S223p	Sané, Salif A porta da viagem sem retorno, de David Diop: uma análise crítica pós-colonial / Salif Sané. - 2026. 85 f. : il., p&b. ; 31 cm. Orientador(a): Adriana Cristina Aguiar Rodrigues. Coorientador(a): Providence Bampoky. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Manaus, 2026. 1. Colonização. 2. Literatura franco-senegalesa. 3. David Diop. 4. Pós-colonial. I. Rodrigues, Adriana Cristina Aguiar. II. Bampoky, Providence. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Letras. IV. Título
-------	---

SALIF SANÉ

A PORTA DA VIAGEM SEM RETORNO, DE DAVID DIOP: UMA ANÁLISE CRÍTICA
PÓS-COLONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Cristina Aguiar Rodrigues.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Adriana Cristina Aguiar Rodrigues – Presidente/Orientadora (PPGL/UFAM)

Profa. Dra. Providence Bampoky – Copresidente/Coorientadora (PPGL/UFAM)

Profa. Dra. Fatime Samb – membro (Universidade Cheikh Anta Diop)

Profa. Dra. Renata Beatriz B. Rolon – membro (PPGLA/UEA)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela força e pela sabedoria concedidas ao longo de toda a trajetória acadêmica, possibilitando a concretização desta dissertação.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), pela oportunidade de formação acadêmica, científica e humana, bem como pelo suporte institucional indispensável ao desenvolvimento desta pesquisa.

À minha professora orientadora, Profa. Dra. Adriana Cristina Aguiar Rodrigues, expresso minha profunda gratidão pela orientação rigorosa, pelo acompanhamento constante, pela disponibilidade intelectual e pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

À professora coorientadora, Profa. Dra. Providence Bampoky, agradeço pelas leituras criteriosas, pelas sugestões pertinentes e pelo apoio acadêmico que enriqueceram significativamente o percurso investigativo desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM, pelos ensinamentos compartilhados e pelas reflexões críticas que contribuíram para a consolidação da minha formação acadêmica.

À minha família de origem, em especial a meus pais, pelo amor, pelo apoio incondicional, pelos valores transmitidos e pelo incentivo permanente aos estudos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas ao longo deste percurso.

Aos meus familiares, pelo carinho, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo encorajamento contínuo, essenciais para a conclusão desta etapa acadêmica.

Aos amigos e colegas de curso, pelo companheirismo, pela troca de experiências, pelos diálogos acadêmicos e pelo apoio emocional durante todo o processo de pesquisa e escrita.

Agradecimento especial ao GCUB BRASIL, por meio do qual fui incluído no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM, e à CAPES, pelo apoio com bolsa de pesquisa.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

Se me acontece de imaginar o que aconteceu quando esqueço [...], nem por isso é uma mentira. Pois agora parece-me justo pensar que somente a ficção, o romance de uma vida, pode dar um verdadeiro panorama de sua realidade profunda, de sua complexidade, iluminando opacidades na maior parte das vezes indiscerníveis para a própria pessoa que a viveu. (Diop, 2021, p. 156)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o romance *A Porta da Viagem sem retorno*, do escritor franco-senegalês David Diop. O tema da pesquisa assenta-se na interface entre a Literatura e História, elegendo-se a perspectiva crítica Pós-Colonial (Said, 2011; Hall, 2013; Bhabha, 2013; Brugioni, 2022) para uma leitura do romance de Diop, em relação com aspectos que marcam a história moderna do Senegal. Referimo-nos, particularmente, à história do imperialismo francês nos diferentes países da África ocidental, principalmente no Senegal, lida a partir da narrativa que configura o romance de David Diop. Metodologicamente, o trabalho, no primeiro capítulo, retoma o contexto histórico do Senegal, os reinos pré-coloniais e o impacto do imperialismo e do tráfico escravagista na região, além de apresentar o romancista estudado. A segunda parte da dissertação consiste em analisar, a partir do personagem francês, Michel Adanson, a representação da memória e da violência colonial. Já o terceiro capítulo se volta para a análise da cultura, da tradição e da personagem Maram Seck, refletindo sobre como ela se constrói enquanto olhar crítico em relação à tradição e à colonização.

Palavras-chave: Colonização; Literatura franco-senegalesa; David Diop; Crítica Pós-Colonial.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the novel *A porta da viagem sem retorno*, by the Franco-Senegalese writer David Diop. The research theme is based on the interface between Literature and History, choosing a Post-Colonial critical perspective (Said, 2011; Hall, 2013; Bhabha, 2013; Brugioni, 2022) for a reading of Diop's novel, in relation to aspects that mark the modern history of Senegal. We refer, in particular, to the history of French imperialism in different West African countries, mainly Senegal, read from the narrative that shapes David Diop's novel. Methodologically, the work, in the first chapter, revisits the historical context of Senegal, the pre-colonial kingdoms, and the impact of imperialism and the slave trade in the region, in addition to presenting the novelist studied. The second part of the dissertation consists of analyzing, through the French character Michel Adanson, the representation of colonial memory and violence. The third chapter focuses on the analysis of culture, tradition, and the character of Maram Seck, reflecting on how she constructs herself as a critical perspective on tradition and colonization.

Keywords: Colonization; Franco-Senegalese literature; David Diop ; Post-Colonial Critique.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur le roman *La Porte du voyage sans retour* de l'écrivain franco-sénégalais David Diop. La recherche s'articule autour des liens entre littérature et histoire, et adopte une perspective critique postcoloniale (Said, 2011 ; Hall, 2013 ; Bhabha, 2013 ; Brugioni, 2022) pour une lecture de l'œuvre de Diop, en lien avec des aspects marquants de l'histoire moderne du Sénégal. Nous nous intéressons notamment à l'histoire de l'impérialisme français dans différents pays d'Afrique de l'Ouest, principalement du Sénégal, telle qu'elle se déploie dans le récit qui structure le roman de David Diop. Sur le plan méthodologique, le premier chapitre revisite le contexte historique du Sénégal, les royaumes précoloniaux et l'impact de l'impérialisme et de la traite négrière dans la région, tout en présentant le romancier. La seconde partie de la thèse analyse, à travers le personnage français de Michel Adanson, la représentation de la mémoire et de la violence coloniales. Le troisième chapitre est consacré à l'analyse de la culture, de la tradition et du caractère de Maram Seck, et s'interroge sur la manière dont elle se construit comme une perspective critique sur la tradition et la colonisation.

Mots-clés: Colonisation; littérature franco-sénégalaise; David Diop; Critique postcoloniale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO E VIDA E OBRA DE DAVID DIOP.....	13
1.1 Breves considerações sobre o contexto histórico do Senegal antes e durante o imperialismo francês.....	13
1.1.1 De reinos e o impacto do tráfico Atlântico.....	14
1.1.2 A expansão dos entrepostos no tráfico transatlântico.....	19
1.2 David Diop: autor de <i>A porta da viagem sem retorno</i>.....	29
CAPÍTULO 2 – DAS MEMÓRIAS DE UM NATURALISTA FRANCÊS NA COLÔNIA DE SENEGAL.....	34
2.1 Das expedições de viagem ao romance contemporâneo franco-senegalês.....	34
2.2 Michel Adanson: de botânico a personagem literário.....	39
2.3 Michel Adanson: vida e retorno à metrópole.....	47
2.4 Para além da história oficial: os cadernos e as vivências, os deslocamentos e as memórias de Adanson em Senegal.....	54
CAPÍTULO 3 – MARAM SECK E A DUPLA LUTA DO REINO WAALO.....	58
3.1 O núcleo familiar africano no romance de Diop: culturas, línguas e reinos na trama colonial.....	58
3.2 A dupla jornada de Maram Seck: contra a violência patriarcal e a violência colonial.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

O imperialismo europeu e o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas constituíram processos profundamente interligados na história da África Ocidental, produzindo transformações estruturais duradouras nas esferas política, econômica, social e cultural da região. Desde o século XV, a presença europeia ao longo da costa atlântica – inicialmente portuguesa e, posteriormente, inglesa, holandesa e francesa – organizou-se em torno de entrepostos comerciais fortificados que passaram a mediar, controlar e intensificar as trocas entre o interior africano e os circuitos atlânticos. O tráfico transatlântico não apenas ampliou a escala da escravidão existente, como também reorientou sistemas locais de produção, guerra e poder político.

A comercialização de pessoas escravizadas exerceu um impacto decisivo sobre as dinâmicas de guerra e sobre as formas de exercício do poder político na África Ocidental, ao subordinar progressivamente essas esferas às demandas externas dos mercados europeu e americano. A crescente procura por mão de obra escravizada incentivou a intensificação dos conflitos armados, que passaram a desempenhar um papel central na caça de prisioneiros. Nessa lógica, guerras, *razzias* e expedições militares lideradas, às vezes, pelos próprios nativos deixaram de ser apenas instrumentos de afirmação política ou territorial para se converterem em mecanismos sistemáticos de abastecimento do comércio atlântico.

Conforme argumentos o historiador senegalês Mamadou Seck (2012), as *razzias* constituíram uma prática recorrente na Senegâmbia, especialmente entre os séculos XVI e XIX, estando profundamente associadas à expansão do tráfico atlântico de pessoas escravizadas e à reconfiguração das dinâmicas de guerra e poder político na região. Essas incursões armadas, caracterizadas por ataques rápidos a aldeias e territórios vulneráveis, tinham como principal objetivo a captura de escravizados. Tais ataques eram autorizados de acordo com as necessidades econômicas do soberano, sobretudo quando se impunha a venda de cativos para a compra de mercadorias europeias – álcool, armamento, entre outros, para proteger os reinos de possível ameaça de vizinhos. Essas práticas adquiriram uma escala e violência inéditas com a incorporação da Senegâmbia aos circuitos do comércio atlântico. De acordo com Seck (2012, p. 59),

Durante dez anos, entre 1766 e 1776, Charles O'Hara seguiu uma política desastrosa de financiamento de ataques mouros a Kajoor, Waalo e Bawol. Somente no reino de Waalo, os britânicos teriam capturado mais de 8.000

escravos em menos de seis meses, em 1775. O próprio governador britânico participou do saque de aldeias wolof em ambas as margens do rio.

Nesse cenário, o poder político de diversos reinos e formações estatais passou a depender, em grande medida, da capacidade de controlar rotas comerciais, capturar prisioneiros de guerra e negociar com os intermediários europeus instalados nos entrepostos costeiros. Como destaca Boubacar Barry (1988), essa lógica contribuiu para a militarização das estruturas de poder e para a reconfiguração das hierarquias políticas internas, favorecendo elites guerreiras e dirigentes que conseguiam monopolizar o acesso às armas de fogo, aos bens importados e às redes comerciais atlânticas.

Seck (2012) observa que tal processo produziu uma mercantilização sem precedentes da guerra, na medida em que a captura de pessoas passou a ser orientada prioritariamente por critérios econômicos externos, e não por dinâmicas sociais internas. Dessa forma, os conflitos tornaram-se cada vez mais frequentes e destrutivos, fragilizando mecanismos tradicionais de integração social e intensificando a dependência das formações políticas africanas em relação às flutuações do mercado europeu e americano. Assim, o tráfico atlântico não apenas alimentou a violência, mas também redefiniu profundamente o exercício do poder político na região, subordinando-o às lógicas de acumulação e expansão do capitalismo atlântico.

Nesse sentido, o imperialismo não deve ser compreendido apenas como um projeto territorial tardio do século XIX, mas como um processo de longa duração, em que o controle econômico precedeu e fundamentou a dominação política direta. Para Barry (1988), a expansão do comércio atlântico desestabilizou o equilíbrio regional na Senegâmbia, intensificando conflitos internos e promovendo a captura sistemática de populações para o tráfico. Ademais, como observa Seck (2012, p. 54), a violência associada ao tráfico e às práticas imperialistas não se restringiu à extração de mão de obra, afetando profundamente as formas de organização social e os sistemas simbólicos das sociedades africanas, ao fragmentar estruturas políticas e enfraquecer mecanismos de reprodução cultural. Nesse sentido, o tráfico transatlântico constitui um elemento central da lógica imperialista europeia na África Ocidental, cujos efeitos ultrapassaram o período escravista, projetando-se sobre as configurações coloniais do século XIX e sobre desigualdades estruturais e violências persistentes na região.

É nesse contexto que se insere o presente trabalho, que tem como objeto de investigação o romance do escritor franco-senegalês David Diop, intitulado *A porta da viagem sem retorno* (2021), em suas relações temáticas com aspectos que marcaram a história

moderna do Senegal. Referimo-nos à era do imperialismo nos diferentes países da África ocidental, especificamente no Senegal.

Publicado originalmente em francês e traduzido e publicado em 2021 no Brasil pela Editora Nós, o romance rearticula as memórias da viagem do botânico francês Michel Adanson (1727–1806) às Ilhas Canárias e ao Senegal, mobilizando o relato científico como dispositivo narrativo para expor as violências da expansão imperial francesa. As lembranças do protagonista, evocadas tanto por meio de registros escritos quanto de enunciações orais em seu leito de morte, revelam as ambiguidades da ciência colonial, na qual observação e dominação se entrelaçam. Nesse quadro, a figura de Maram Seck, mulher negra senegalesa, emerge como eixo da crítica ao imperialismo, pois sobre seu corpo incidem múltiplas formas de violência que articulam raça, gênero e poder. A estrutura narrativa, ao alternar entre memória oral e arquivo escrito – posteriormente legado à filha Aglaé, problematiza os regimes de produção da memória em torno de eventos traumáticos como a colonização e a escravidão.

A escolha desse objeto de pesquisa justifica-se pelo fato de a narrativa possibilitar uma leitura crítica da história da colonização francesa no continente africano, em particular no Senegal, além de permitir revisitar as complexas relações entre literatura, história e memória colonial. Soma-se a isso o fato de que o romance, apesar de sua relevância literária e histórica, ainda não apresenta dissertações ou teses defendidas no Brasil, conforme levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Tomando o pano de fundo histórico revisitado pelo romance de David Diop, nosso problema de pesquisa foi assim definido: a) Como se dão as relações entre Literatura, História no romance *A porta da viagem sem retorno*? b) Como analisar o ponto de vista do botânico francês Michel Adanson sobre a colonização francesa e a escravidão no Senegal? c) Como analisar o ponto de vista e a narrativa de Maram Seck sobre a colonização e a escravidão? Nesse intuito, a dissertação tem como objetivo investigar as relações entre literatura, história e memória em *A porta da viagem sem retorno*, de David Diop. Para tanto, busca-se: revisitar as relações entre reinos, povos tradicionais e colonizadores franceses na história da colonização francesa no Senegal e na ilha de Gorée; analisar, a partir do personagem francês Michel Adanson, a representação da memória da violência colonial no romance de David Diop; e problematizar a representação da memória da violência da tradição e da colonização francesa a partir da personagem Maram.

Do ponto de vista metodológico, a dissertação apoia-se em pesquisa bibliográfica e em leitura crítica do romance, à luz da crítica pós-colonial. Conforme Bhabha (1998), a perspectiva pós-colonial propõe a reinterpretação das formas e dos efeitos da consciência colonial a partir da experiência do deslocamento cultural. Para Brugioni (2022), a perspectiva pós-colonial, hoje, numa dimensão global, caracteriza-se como um gesto interpretativo, uma perspectiva crítica, formulada a partir de geografias e de obras periféricas estudadas em pé de igualdade com o cânone ocidental.

Partindo dessa abordagem, a leitura crítica do romance dá-se à luz da crítica literária pós-colonial. Para a análise do contexto histórico conforme suscitado pela narrativa de Diop, analisamos também a violência operada por parte dos reinos que ocuparam os diferentes territórios do Senegal. Alguns textos fundamentais para compreendermos esse aspecto são os de Barry (1988; 1999; 2000), Seck (2012), Bernier (1975) e Le Roy (1982). Além desses, vale acrescentar estudos como os de Mudimbe (2013); Boahen e Fanon (2005; 2008) além de outros, como Mbembe (2018a, 2018b).

A dissertação organiza-se em três capítulos. O primeiro apresenta o contexto histórico dos reinos senegaleses, contrastando o período pré-colonial com a dominação colonial francesa, com destaque para os primeiros entrepostos costeiros — Saint-Louis, Ilha de Gorée, Rufisque e Dakar — concebidos como espaços simbólicos que, posteriormente, seriam erigidos como uma extensão da metrópole francesa no continente africano. Nos capítulos 2 e 3, passamos à análise de dois personagens centrais do romance, Michel Adanson e Maram Seck, respectivamente. Destacamos, no capítulo 2, o olhar do naturalista e os modos como constrói suas memórias em torno de sua viagem ao Senegal, ocorrida cinquenta anos antes, e a transmissão dessas memórias à filha, por meio dos cadernos de memória que por ela são encontrados em uma gaveta de um cômodo que compõe o espólio do pai. No capítulo 3, o foco são os povos autóctones, as suas culturas e a língua em intersecção com o processo de colonização europeia em África, mais particularmente na África ocidental em meados do século XVIII.

CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO E VIDA E OBRA DE DAVID DIOP

1.1 Breves considerações sobre o contexto histórico do Senegal antes e durante o imperialismo francês

A expansão europeia sustentada pelo tráfico transatlântico de escravizados e pelo projeto colonial instaurou no continente africano regimes de dominação que reduziram territórios, corpos e culturas africanas à condição de mercadoria, negando-lhes autonomia histórica e simbólica. Nesse embate, a violência não se manifestou apenas de forma física, mas também epistemológica e cultural, ao silenciar saberes locais e reconfigurar identidades, revelando o caráter estrutural e sistemático do colonialismo enquanto prática de ocupação, de aniquilamento e exploração territorial.

A intensificação do comércio transatlântico de escravizados seguida pela expansão colonial europeia promoveu a fragmentação dessas formações políticas, desarticulando suas bases econômicas, enfraquecendo as estruturas de poder locais e reconfigurando violentamente as relações sociais e territoriais. De fato, as estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais existentes na África pré-colonial em geral, e na região da Senegâmbia, em particular – diferiam substancialmente tanto dos Estados coloniais impostos pelas potências europeias quanto das configurações estatais modernas que se consolidaram posteriormente.

Historicamente, a Senegâmbia (região que engloba toda a bacia dos rios Senegal e Gâmbia) constituiu-se como um espaço oeste-africano moldado, desde muito antes da ocupação colonial, por múltiplas convergências e por sucessivos processos de experimentação política, religiosa, social e cultural, estendendo-se do rio Senegal aos contrafortes do Fouta Djallon (Diouf, 2001). Nesse contexto, os primeiros contatos comerciais com os europeus ocorreram com os povos costeiros da região, então politicamente subordinados ao reino do Djolof – um reino cuja origem remonta ao tempo do Império do Mali (reino mandingue), inserindo-se em dinâmicas pré-existentes de poder que seriam progressivamente tensionadas e desestabilizadas pelos interesses e conflitos internos, mas sobretudo pela lógica do comércio atlântico e da dominação colonial. Conforme Soares,

No ano 1443, os navegadores chegaram a Arguim pela primeira vez, como mostra a cartografia passa a ser chamada da África subsaariana (branca e islâmica). Seguindo a rota os portugueses chegaram a rio Gambia no ano 1446, a Guiné corresponde a costa ocidental do atual Senegal “terra dos

negros” onde se estabeleceu o primeiro comercio regular dos escravos, a partir do ano 1450, a expedição ultrapassou a embocadura do rio Gambia, chegando a terra dos mandingas, mais de mil pessoas haviam sido levadas para as Américas. (2000, p. 76)

Nesse contexto, os europeus atingiram o rio Senegal, abrindo rotas marítimas e fluviais que integraram o espaço costeiro às redes comerciais transatlânticas. Ainda, de acordo com Diogo Gomes de Sintra (2002), embora tenham percorrido, enquanto pioneiros europeus, grande parte da costa ocidental africana, os portugueses concentraram suas principais atividades na faixa sul da península do Cabo Verde, região onde se localiza a atual cidade de Dakar. Sintra descreve que

Deste Cabo Verde ou rio de Sanagá [rio Senegal] athe o rio Gambia há de costa trinta e três legoas, e nesse dstricto todo está a região do Grão Jalofo [reino do djolof] em o qual há sinco reinos a saber: o do Grão Jalofo, que se estende do dito rio de Sanagá pela terra dentro, e vai confinando com os mais reinos jalofo, os quais antigamente todos erão seus vassalos não havendo nesta nasção mais rei soberano que este do Grão Jalofo. (2002, p. 73)

Nesse sentido, pode-se alegar que, bem antes da chegada dos europeus, reino denominado “Grão Jolofo” comumente conhecido como reino do Djolof, já exerciam controle estratégico sobre províncias como Waalo, Cayor, Baol e Sine Saloum, projetando sua influência do litoral atlântico até o interior continental, alcançando Fouta Djallon e Fuuta Toro, regiões além da Senegâmbia. De acordo com o historiador, Boubacar Barry (1999, p. 301), essa área habitada majoritariamente por populações fula, enraizado na religião Islã, desempenhava um papel central na organização política, social e econômica, bem como na estruturação das redes caravaneiras que conectavam a África Ocidental às zonas sahelianas (situada entre o deserto do Saara ao norte e as savanas ao sul, estendendo-se do Senegal ao Sudão). Vale lembrar que a região viveu sob a dependências dos Estados do Sudão e do Sahara bem antes da era do imperialismo (Barry, 1999, p. 310). Tal configuração evidencia a centralidade desses reinos nas dinâmicas comerciais, políticas e culturais da África Ocidental antes da intensificação do contato europeu.

1.1.1 De reinos e o impacto do tráfico Atlântico

A formação dos reinos (figura 1) no território do atual Senegal remonta, de maneira mais sistemática, ao século V, com o surgimento do reino de Tekrur. Trata-se de uma antiga

entidade política localizada na porção nordeste da região, abrangendo áreas correspondentes ao atual Senegal e à Mauritânia. Inicialmente integrado à esfera de influência do Império de Gana, Tekrur foi posteriormente incorporado ao Império do Mali no contexto da expansão política deste último conduzida por Sundiata Keita. Ao longo desse processo, o reino Tekrur consolidou-se como um relevante centro de poder regional. Seus soberanos detinham o título de Almamy, expressão que articulava autoridade política e legitimidade religiosa, evidenciando a estreita interdependência entre poder temporal e espiritual nas sociedades islâmicas da África Ocidental.

Figura 1 - Mapa do território da Senegâmbia do século XV ao XIII, com seus respectivos reinos



1. La Sénégambie du XVII^e au XVIII^e siècle (d'après M. Abitbol, 1979).

Fonte: M. Abitbol apud Barry, 1999.

Nesse contexto, o Djolof que teve seu reinado do século XIV ao XV (Becker, 1985), originou-se de um processo de separação em relação ao reino de Tekrur, conduzido pelo soberano Ndiadiagne Ndiaye, com o objetivo de expandir seus domínios em direção ao sudoeste da Senegâmbia. A organização política do reino do Djolof era hierarquizada e liderada pelo Burba Djolof (rei Djolof), seguido pela nobreza, pelos homens livres, pelas gentes de castas – como ferreiros, tecelões e griots – e pelos escravizados. Estes últimos, diferentemente do sistema escravista atlântico, eram frequentemente integrados à sociedade por meio de casamentos e adoções, o que evidencia a especificidade das formas de servidão nas sociedades africanas pré-coloniais. A sucessão ao trono seguia o princípio da matrilinearidade, reforçando a centralidade das linhagens maternas na legitimação do poder.

É importante observar que, apesar das autonomias políticas entre os reinos, mantiveram-se práticas culturais, rituais e comerciais comuns, bem como um reconhecimento simbólico da antiga autoridade central do Djolof por parte das populações locais, conforme observa Sintra (2002, p. 75):

[...] todos se lhe revelarão e fizerão senhores soberanos e hoje não tem mais poder do que os outros reis desta nação; e somente o reconhecem e tem como couza sagrada e nenhum lhe intenta guerra, tendo-a continuamente huns com os outros principalmente nas sucessões dos reinos, em os quais he tudo comum, assim nos ritos e ceremonias, como no negócio da mercancia e generos para elle.

Tradicionalmente, os reinos caracterizavam-se por uma materialidade territorial contínua, governada por uma autoridade central que exercia controle político, militar sobre populações diversas. Essa configuração pressupunha fronteiras relativamente definidas, hierarquias rígidas de poder e a imposição de uma cultura dominante sobre os territórios conquistados. Conforme observa Victor Barros (2011, p. 303), o poder imperial “[...] reclama obediência e submissão, na medida em que a força é exercida a partir da mitificação da ideia de um centro que funciona como ponto nodal e autoridade simbólica”. No entanto, as estruturas administrativas e sociais tradicionais mantinham lógicas próprias, forjadas ao longo de séculos, que não se dissolveram de forma imediata com a chegada dos colonizadores.

Entre os reinos mais relevantes da história pré-colonial do Senegal, destaca-se o reino do Djolof, fundado no século XIII por Ndiadiagne Ndiaye, considerado o primeiro soberano do povo wolof e na historiografia senegalesa, a figura de Ndiadiagne Ndiaye é frequentemente apresentada de maneira mítica, assumindo um caráter simbólico que remete à

luta pela autonomia política, à preservação das tradições culturais e à resistência frente às diversas formas de dominação externa (Barry, 2000).

No decorrer do tempo, o grupo étnico wolof forjaram uma nova formação social a partir da integração de distintos grupos étnicos, articulados em torno de uma língua comum (o wolof) e de uma concepção própria de organização política e social. A etnia wolof mantém, ainda hoje, forte influência na sociedade senegalesa contemporânea, especialmente no que se refere à língua e à cultura. O wolof constitui uma língua amplamente falada no país, de acordo com Jacques Bernier (1976), 35% da população africana se comunicam pela língua wolof que também designa o indivíduo que pertence a este grupo étnico anteriormente estratificada em castas. Portanto, a partir do século XVI, devidos aos conflitos internos, o reino de Djolof entrou em processo de desintegração, dando origem a diferentes reinos e províncias autônomas. Desse modo, a história do Senegal pré-colonial caracteriza-se pela existência de reinos e estados que foram progressivamente divididos ou desintegrados, como foi o caso do reino do Waalo, cujo rei possuía o título de Brack; o Cayor, governado por um Damel; e o Baol, cujo soberano era denominado Teigne, entre outros.

No que diz respeito ao reino do Waalo, este localizava-se na região noroeste do Senegal, na foz do rio Senegal, nas proximidades da atual cidade de Saint-Louis. O Waalo distinguia-se por uma organização política singular, marcada por um sistema de sucessão matrilinear, no qual o soberano, denominado Brack, era eleito entre as linhagens aristocráticas maternas ao reino, mas também favorecia disputas internas recorrentes. Devido à sua posição estratégica, o Waalo manteve intensas relações comerciais com povos berberes, árabes e, posteriormente, com os europeus. A partir do século XVII, tornou-se um dos primeiros reinos a sofrer interferência direta da presença francesa, sobretudo com a instalação do entreposto colonial de Saint-Louis, o que contribuiu para seu enfraquecimento político progressivo (Barry, 2000; Becker, 1985).

Quanto ao reino do Cayor, este se localizava na região central do Senegal, entre os rios Senegal e Saloum, abrangendo áreas da atual cidade de Thiès e Louga. Seu soberano possuía o título de Damel e era eleito por um colegiado composto por representantes das diferentes classes sociais, incluindo os chamados escravos da coroa. O Cayor possuía uma estrutura política hierarquizada e uma economia relativamente próspera, baseada na agricultura, na pecuária, na pesca e no comércio regional, incluindo a comercialização da goma arábica, ouro, couro, entre outros produtos. A história do reino foi também marcada por constantes

conflitos e alianças, tanto com reinos vizinhos quanto com os colonizadores franceses na comercialização de escravizados.

Por fim, temos o reino do Baol que constituiu uma das mais relevantes entidades políticas da Senegâmbia pré-colonial. Localizado na região centro-oeste do atual Senegal, o Baol fazia fronteira com os reinos do Cayor, do Sine e do Saloum, ocupando uma posição estratégica nas dinâmicas políticas, econômicas e comerciais da região. Como o reino do Cayor e do Waalo, sua formação está diretamente relacionada ao processo de fragmentação do império de Djolof, ocorrido a partir do século XVI, fenômeno amplamente analisado pela historiografia como parte da recomposição do poder político wolof após o declínio da sua autoridade central (Barry, 1988; Ki-zerbo, 2010).

Do ponto de vista político, o Baol era governado por um soberano que ostentava o título de Teigne. Entretanto, ao contrário do Waalo, o poder real não se concentrava exclusivamente nas mãos do monarca, sendo mediado por conselhos de nobres, chefes de linhagens e autoridades locais, o que caracterizava um sistema político descentralizado e negociado (Fall, 1982). A sucessão ao trono combinava princípios patrilineares e matrilineares, conferindo às linhagens maternas um papel fundamental na legitimação do poder, aspecto recorrente nos sistemas políticos como observado no reino do Cayor (Dieng, 1993; Barry, 1988).

No plano econômico, o Baol baseava-se essencialmente na agricultura, na criação de gado e no comércio regional. Sua localização favorecia as trocas com reinos vizinhos e com os centros costeiros, sobretudo a partir do contato com comerciantes europeus desde o século XV. Segundo Barry (1988), essas interações contribuíram para a integração progressiva do Baol no comércio atlântico, envolvendo produtos agrícolas e em determinados períodos, o tráfico de pessoas escravizadas, elemento que transformou profundamente as estruturas sociais e políticas da região.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o Baol esteve intensamente envolvido em conflitos políticos e militares, especialmente com o reino do Cayor. Em diversos momentos, ambos os reinos foram governados por um mesmo soberano, que acumulava os títulos de Damel e Teigne, evidenciando a forte interdependência política entre essas duas entidades (Fall, 1982). Com o avanço da expansão colonial francesa no século XIX, o Baol perdeu progressivamente sua autonomia política, sendo definitivamente incorporado ao domínio colonial, processo que marcou o fim de sua soberania e a reorganização das estruturas tradicionais de poder (Ki-zerbo, 2010; Thioub, 2012).

Isto posto, podemos observar que a expansão colonial ocorreu de forma gradual a partir do século XVI, intensificando-se no século XIX e os reinos, como Cayor e Baol, tornaram-se importantes portas do tráfico negreiro atlântico em função de sua localização estratégica nas regiões costeiras e do estabelecimento de relações comerciais e políticas com potências europeias. A inserção desses reinos no sistema atlântico ocorreu por meio de alianças, conflitos regionais, disputas internas, mas também por causa de penúria alimentar que assolava essas regiões, fazendo com que a captura e a venda de prisioneiros de guerra passassem a desempenhar papel central. Como argumenta Barry (1988), tal processo, entretanto, não foi uniforme nem isento de resistências, variando conforme conjunturas políticas locais e interesses das elites governantes.

Assim, em termos de dominação, os franceses foram os mais ativos na consecução da política de ocupação militar da África ocidental. A França ocupou gradualmente a região do rio Senegal sobre as demais colônias europeias e ergueu entre outros entrepostos em Saint-Louis e na Ilha de Gorée, sendo o último, principal assentamento do tráfico negreiro devido à sua localização estratégica na costa africana – facilitando o comércio transatlântico. Disputada sucessivamente por várias potências europeias seu porto natural e o fácil controle territorial permitia a concentração e o embarque de africanos escravizados, como veremos mais adiante. Parafraseando Achille Mbembe (2018a; 2018b), podemos afirmar que Gorée constitui um verdadeiro lugar de memória, no qual o passado traumático da escravidão permanece inscrito no espaço – simbolizando o espaço de sofrimento e da morte.

1.1.2 A expansão dos entrepostos no tráfico transatlântico

Como mencionado anteriormente, entre os séculos XV e XVII, as grandes navegações europeias, inicialmente lideradas por Portugal deram início à exploração sistemática da costa africana, inaugurando um processo histórico posteriormente denominado colonialismo. Com o avanço desse movimento, outras potências europeias como a França passaram a disputar o controle do continente e, a partir do século XIX, esse modelo de dominação foi intensificado e racionalizado por meio do imperialismo moderno (Said, 2011). Tal processo engendrou um sistema sociocultural marcado por tensões e por uma instabilidade estrutural persistente. A inserção de novas potências europeias, acompanhadas de múltiplos aparatos administrativos, econômicos e ideológicos, provocou profundas transformações nas relações sociais e nas

práticas culturais africanas, resultando na fragmentação de reinos e comunidades tradicionais e na desestruturação de sistemas políticos autóctones (Mamdani, 1998).

A exploração colonial passou a ser orientada, sobretudo, pelos interesses econômicos europeus, voltados à extração de riquezas naturais – como ouro, cobre e diamantes – e ao controle de áreas estratégicas, especialmente aquelas situadas em rotas marítimas essenciais ao comércio transatlântico. A ocupação territorial da África ocorreu, em grande medida, por meio da violência militar, acompanhada de repressões sistemáticas e massacres de amplos contingentes populacionais. O recurso à força e à violência como instrumento de consolidação do domínio imperial fomentou resistências e conflitos, sustentados por uma lógica cultural baseada na suposta superioridade europeia e na inferiorização dos povos colonizados (Fanon, 2005).

A reorganização política e econômica imposta pelas potências coloniais introduziu um novo ordenamento no continente africano, profundamente marcado pela expropriação e pela negação da identidade dos povos nativos (Said, 2011; Mudimbe, 2013). Ainda, como observa Jean-Paul Sartre no prefácio de *Os condenados da terra*:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês [...]. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto. (Sartre, 2005, p. 9)

O controle das populações colonizadas constituiu um dos principais desafios do projeto imperial, uma vez que a ideologia colonial não reconhecia os africanos como sujeitos livres. Assim, após Portugal, Espanha, e Inglaterra, a França consolidou-se como uma das principais potências coloniais na África. Sua presença na África Ocidental, particularmente em pontos estratégicos como Gorée e Saint-Louis que remonta ao século XVII, mais precisamente, em 1638 quando o capitão mercante, Thomas Lambert construiu um entreposto comercial na ponta de Bieurt, localizado perto da foz do rio Senegal (Saint-Louis) depois de ter expulsado os ingleses do local em 1628 (Seck, 2012, p. 49).

Inicialmente, o interesse francês concentrou-se no controle de rotas comerciais, envolvendo o comércio de pessoas escravizadas e, posteriormente, produtos como o ouro o amendoim que passaram a estruturar a economia colonial na região, além da fixação de posições estratégicas ao longo da costa atlântica – inicialmente, a atuação francesa permaneceu majoritariamente restrita às zonas litorâneas. Nesse contexto, a partir do século

XV foram estabelecidas feitorias que funcionavam como postos comerciais fortificados, destinados à troca de mercadorias e, progressivamente, à compra e embarque dos escravizados capturados no interior do continente por meio de guerras internas e ou alianças locais, conflitos esses agravados pelo tráfico atlântico. Com efeito, como podemos observar, muitos reinos passaram a promover guerras de expansão ou de captura, nas quais prisioneiros eram destinados ao comércio atlântico, a fim de reforçar alianças com colonos francêss e proteger seus domínios. A escravidão, que já existia em formas diversas na África, foi profundamente transformada e ampliada pela demanda externa europeia. Conforme Albuquerque,

Com presença europeia na costa da África, esse processo ganhou dimensão intercontinental e faz da África a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações europeias de então se envolverem no tráfico e disputaram acirradamente sua fatia nesse lucrativo negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente portugueses lançaram-se na conquista dos mercados africanos. (2006, p. 9)

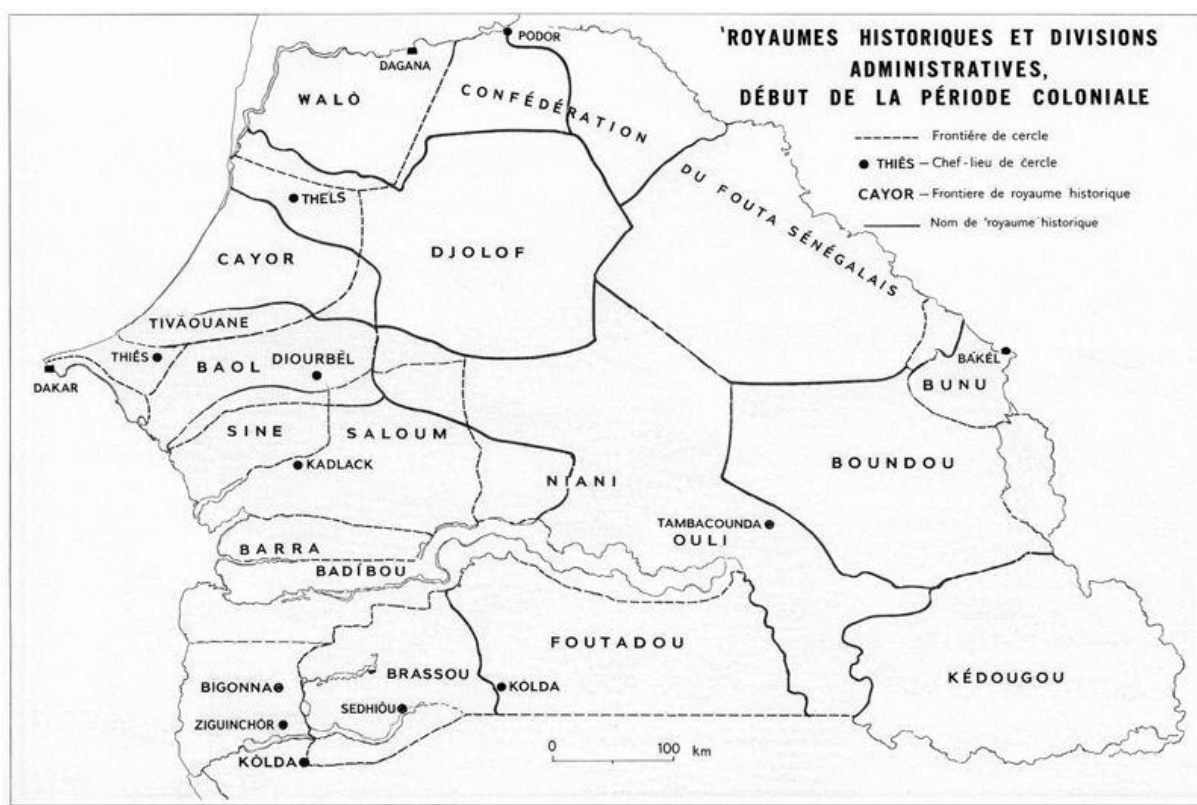
A partir dessas incursões, estabeleceu-se um sistema de trocas que conectava os interesses europeus às dinâmicas econômicas locais, sem que, inicialmente, houvesse um controle territorial direto sobre o interior africano. Nesse dinâmica, reinos como Cayor, Baol e Djolof desempenharam papel central como intermediários entre as potências europeias e as redes comerciais internas africanas. Detentores do controle político e militar sobre vastas áreas do interior, esses reinos regulavam o acesso às rotas terrestres, aos mercados locais e à circulação de pessoas, negociando com os europeus de acordo com seus próprios interesses estratégicos.

Os reinos da Senegâmbia (Figura 2) configuraram-se, portanto, de forma ambígua no contexto do tráfico atlântico de escravizados, atuando simultaneamente como perpetradores, beneficiários e, sobretudo, como suas principais vítimas. Em razão de suas posições geográficas estratégicas e enquanto região subsaariana mais próxima da Europa, a Senegâmbia ocupou um lugar central na consolidação das rotas marítimas do tráfico, tornando-se um espaço privilegiado de articulação entre as dinâmicas políticas internas africanas e os interesses econômicos das potências europeias, como aparece nos relatos de Le Roy (1982, p. 13):

O Waalo e Cayor estavam localizadas em regiões que não possuíam rotas de comunicação significativas para o interior. Os escravos que vendiam eram, portanto, prisioneiros de guerra ou, muitas vezes, seus próprios

“concidadãos”. Os soberanos do Waalo, Cayor e Baol alegavam manter relações comerciais com os europeus e eram responsáveis pela escravização de seus súditos, seja por capturá-los pessoalmente ou por serem incapazes de controlar os escravos da coroa, os ceddos.

Figura 2 – Reinos históricos e divisões administrativa do Senegal – Início do período colonial



Fonte: Bernier, 1976.

A inserção da região senegalesa no comércio atlântico ocorreu, em um primeiro momento, por meio de acordos e mediações estabelecidos pelas autoridades africanas, antes da consolidação do domínio colonial direto. Assim, as elites locais controlavam rotas comerciais, portos e entrepostos, regulando a captura, a venda e o transporte de cativos. Em troca, recebiam armas de fogo, tecidos, álcool, cavalos, metais e outros produtos europeus, como aparece nas páginas de *A porta da viagem sem retorno*, romance do nosso estudo: “– Meu cavalo está morto por ter tentado salvar uma jovem mulher da escravidão – ele acrescentou. – Ele teve um bom fim. A que preço o rei do Kayor o comprara dos brancos ou dos mouros? Por dez escravos?” (Diop, 2021, p. 222). Ainda, segundo o antropólogo Étienne Le Roy (1982), estudos mostram de forma muito clara a ligação entre os atos de violência (guerras, revoluções religiosas, golpes de Estado) e o desenvolvimento local e temporário da exportação de escravo. Le Roy (1982) segue, sublinhando que Cayor se destacou de forma

significativa nesse processo – numa escala de 3500 escravizados por ano, os habitantes do Cayor representavam 17% do contingente de escravizados exportados para as Américas em 1712.

Embora o Cayor esteja intimamente ligado às influências políticas imperiais francesas suas trocas econômicas externas são essencialmente determinadas pela posição do porto de Rufisque, um antigo entreposto comercial português que se tornou o ponto de comércio do Cayor e localizado a pouca de distância da ilha de Gorée (Le Roy, 1982). Portanto, a partir de 1638, com a criação da *Compagnie du Sénégal*, a Coroa francesa passou a organizar de maneira sistemática a exploração comercial da região. Ao longo desse período, entrepostos costeiros como Saint-Louis, Gorée e Rufisque consolidaram-se como pontos estratégicos da expansão mercantil francesa. A expulsão dos holandeses da ilha de Gorée na sequência da Guerra da Goma, na década de 1720, marcou um momento decisivo na afirmação do controle francês sobre a costa senegalesa, favorecendo a transição de uma presença essencialmente comercial para uma ocupação colonial mais estável.

Esse processo culminou, ao longo do século XIX, na formalização da colônia do Senegal e, posteriormente, na institucionalização das chamadas *communes de plein exercice*, mais conhecidas como as *Quatre Communes du Sénégal* (Quatro Comunas do Senegal). Concebidas como uma projeção da metrópole francesa no continente africano, essas comunas tiveram sua organização e funcionamento político e administrativo definidos de acordo com os pressupostos e as hierarquias inerentes à ordem colonial. De fato, a história do desenvolvimento dos entrepostos comerciais da África Ocidental e sua posterior transformação em núcleos urbanos tende a caracterizá-los como espaços privilegiados de difusão de influências externas, sobretudo europeias. Tal interpretação é reforçada pelo caráter profundamente eurocêntrico do pensamento urbanístico moderno, bem como pela centralidade que a violência e os mecanismos de dominação colonial ocuparam na constituição e organização desses espaços.

Chamado Ndar pelos autóctones e batizado de Saint-Louis pelos franceses, em homenagem a Luís XIV, rei da França, o local funcionava como residência do Diretor-Geral da Concessão do Senegal e primeiro assentamento francês permanente na África. O entreposto de Saint-Louis desempenhou um papel estratégico na consolidação do império colonial francês, ao funcionar como base logística e administrativa para o desenvolvimento das colônias francesas nas Américas, isto é, facilitar a penetração no interior do continente por

meio das rotas fluviais, articulando o comércio costeiro com as redes comerciais internas e ampliando o alcance da captura e do escoamento de pessoas escravizadas (Barry, 1998).

Naturalmente protegido de incursões marítimas devido a sua posição geográfica que dificultava a navegação Saint-Louis exercia controle efetivo sobre o acesso ao rio Senegal. Nesse contexto, de acordo com os argumentos de Seck (2012, p. 51):

Os franceses costumavam contratar tripulações negras, especialmente mulatas livres de Saint-Louis e Gorée, conhecidas como Gourmettes, para o comércio costeiro ao longo da costa africana e para a travessia da barra. Quando essa operação era bem-sucedida, os navios transatlânticos paravam em frente ao forte, de onde partia uma flotilha para garantir o comércio no rio.

Nessa mesma logística, os entrepostos de Rufisque – situado na península de Cabo Verde e, posteriormente, Dakar consolidaram esse sistema ao funcionarem como portos complementares. Sua proximidade com as comunidades locais e com as rotas terrestres favorecia a intermediação entre o litoral e o interior, contribui para a intensificação da exportação de mercadorias, mas sobretudo da racionalização do tráfico atlântico (Seck, 2012). Assim, na condição de capital da Concessão do Senegal e de entreposto geral de provisões e mercadorias, Saint-Louis rapidamente se afirmou como um espaço urbano dinâmico, marcado pela intensa circulação de pessoas, bens e práticas culturais, no qual populações negras, europeias e mestiças coexistiam em um contexto atravessado por hierarquias raciais e relações coloniais de poder.

Nessa lógica, cabe ressaltar que em meado do século XIX, no Senegal, a administração dos territórios pela potência imperialista francesa era feita de duas formas: uma parte dos territórios era sob administração direta e se limitava nas *Quatre Communes du Sénégal* (Saint-Louis, Gorée, Rufisque e Dakar), onde se aplicava, ainda que de forma seletiva e contraditória, o princípio assimilacionista, sendo governados diretamente por quadros funcionários oriundos da metrópole (governadores, comandantes, e administradores civis), observando assim as mesmas leis da metrópole francesa e a outra parte dos territórios ficava sob administração indireta quer dizer dirigida por soberanos locais, no entanto, sob tutela da administração colonial (Diouf, 2001). Diante disso, as chamadas Quatro Comunas do Senegal foram concebidas pela administração colonial francesa como uma extensão da metrópole no continente africano, com organização e funcionamento políticos inspirados no modelo francês, ainda que inseridos em uma sociedade colonial marcada por profundas desigualdades.

No tocante aos entrepostos franceses nesses espaços coloniais, limites foram estabelecidos em 1696, por cartas patentes do rei Louis XIV, estendendo-se do Cabo Branco, ao norte, até a foz do Rio Serra Leoa, ao sul. De acordo com Seck (2012, p. 50),

Durante a primeira metade do século XVIII, os franceses perderam o interesse pelo trecho de costa entre as Ilhas Bissagos e Serra Leoa. Os dois principais centros da concessão eram os assentamentos costeiros de Saint-Louis, na foz do Rio Senegal, e Gorée, próximo à península de Cabo Verde.

É importante esclarecer que a península de Cabo Verde, situada na costa do atual Senegal, não se confunde com o arquipélago de Cabo Verde, localizado no oceano Atlântico. A chamada península de Cabo Verde corresponde a parte mais alta do litoral da África Ocidental onde hoje se encontra a cidade de Dakar, constituindo o ponto mais ocidental do continente africano. Desde o período pré-colonial, essa região apresentou grande relevância estratégica por suas condições geográficas favoráveis à navegação, ao comércio atlântico e, posteriormente, à implantação do poder colonial francês. Já as ilhas de Cabo Verde formam um arquipélago insular, situado a cerca de 500 km da costa africana, que foi ocupado pelos portugueses a partir do século XV e integrado precocemente às rotas do Atlântico, sobretudo no contexto do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Apesar da proximidade relativa e da semelhança toponímica, decorrente da referência portuguesa ao Cabo Verde do continente, trata-se de espaços geográficos, históricos e políticos distintos, submetidos a processos coloniais diferentes.

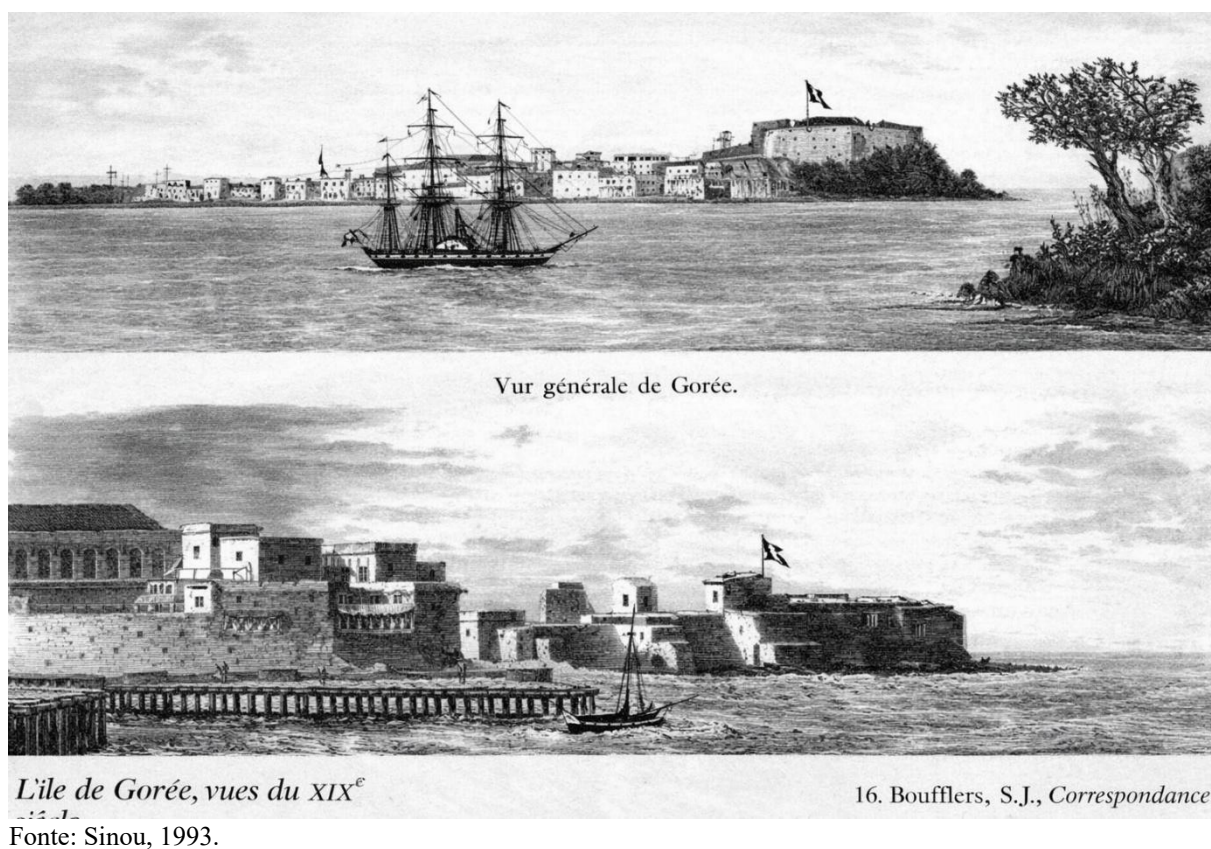
Como mencionado anteriormente, Rufisque, situada na península de Cabo Verde, beneficiava-se de um porto natural protegido, o que facilitava as embarcações e a circulação de mercadorias. Sua proximidade com comunidades locais e com rotas terrestres favorecia a intermediação entre o litoral e o interior, integrando produtos africanos – como ouro, goma-arábica e pessoas escravizadas – às dinâmicas do comércio atlântico (Barry, 1988).

Como Rufisque, Dakar também ganhou relevância a partir do século XIX. Reforçou esse sistema ao reunir condições portuárias modernas, localização privilegiada no Atlântico e centralidade político-administrativa. Sua ascensão marcou a consolidação de um eixo comercial que integrava os antigos entrepostos e projetava o Senegal como um ponto estratégico nas redes do comércio atlântico e do imperialismo europeu (Seck, 2012). Durante vários séculos, tais entrepostos estiveram sob o domínio sucessivo de diferentes potências europeias, sendo administrados por diversas companhias mercantis que atuavam em nome dos interesses imperiais. Essa alternância de controle evidencia tanto a importância econômica da

região quanto as disputas entre as nações europeias pelo domínio das rotas comerciais e dos circuitos do tráfico negreiro na África Ocidental.

A ilha de Gorée (Figura 3), como podemos observar, destacava-se pela posição defensiva e pelo controle marítimo, tornando-se um ponto privilegiado de armazenamento, negociação e embarque. Desse modo, sob o domínio sucessivo de portugueses, holandeses, ingleses e, por último, franceses em 1677. Essa acirrada disputa pela posse de Gorée devia-se, além das vantagens já mencionadas, ao fato de a ilha conferir à nação ocupante uma real superioridade sobre o comércio de escravos na Senegâmbia. Portanto, a ilha funcionou como um espaço nodal do comércio atlântico, especialmente do tráfico negreiro, graças à sua infraestrutura comercial e à facilidade de vigilância das rotas oceânicas, como podemos observar no trecho a seguir: “Gorée também se beneficiava da proteção da água contra ataques de chefes locais e, assim, constituía um armazém seguro onde mercadorias e escravos eram trazidos e processados no litoral” (Seck, 2012, p. 56).

Figura 3 – Vista da ilha de Gorée no Século XIX



Conhecido como um dos maiores pontos embarque, os escravizados em Gorée eram aprisionados, concentrados, em condições desumanas antes de exportados rumo para as

Américas. De lá para as Américas, a travessia podia durar aproximadamente de um a três meses, dependendo do lugar de captura (Seck 2012). A célebre *Maison des Esclaves* (Casa dos Escravos), posteriormente erigida como um dos principais símbolos da memória do sistema escravista atlântico, funcionava como espaço de confinamento temporário, no qual mulheres, crianças e homens os mais vigorosos eram separados antes do embarque forçado para as Américas, realizado por meio da passagem denominada *Porte du Voyage sans retour* (Porta da viagem sem retorno), abertura simbólica e material que marcava a transição definitiva do cativo em solo africano para a travessia transatlântica. A passagem por essa porta representava não apenas o deslocamento físico, mas a ruptura irreversível com os laços familiares, sociais e territoriais dos indivíduos escravizados, convertendo-os em mercadorias inseridas no circuito do comércio atlântico.

Portanto, cabe ressaltar, que Gorée não operava de forma isolada. A ilha integrava uma rede mais ampla de portos e entrepostos comerciais, articulando-se a centros como Saint-Louis, na foz do rio Senegal, e mantendo, como mencionado anteriormente, vínculos com reinos africanos do interior que atuavam como mediadores fundamentais no abastecimento de pessoas escravizadas e de mercadorias, conectando as dinâmicas locais às exigências do comércio atlântico e evidenciando a complexidade das relações políticas e econômicas que sustentaram o tráfico na região.

Assim, a partir de 1807, no contexto das transformações econômicas e políticas associadas à Revolução Industrial, a Inglaterra aboliu oficialmente o tráfico transatlântico de escravizados e passou a liderar uma campanha internacional contra o comércio de seres humanos, iniciativa que viria a ser formalmente endossada pelas principais potências europeias no Congresso de Viena, em 1815 (Seck, 2012). Longe de resultar na erradicação imediata do tráfico, esse novo quadro jurídico contribuiu para a reconfiguração da atividade, estimulando a expansão de um comércio clandestino particularmente ativo na região da Senegâmbia, com destaque para os portos de Saint-Louis e Gorée. Nesse cenário, a política francesa caracterizou-se por uma postura marcadamente ambivalente: embora a lei de 15 de abril de 1818 tenha proibido formalmente a participação da França no tráfico de escravizados, ela deixou de criminalizar a prática de maneira efetiva. Como consequência, entre 1818 e 1848, traficantes franceses foram frequentemente levados aos tribunais sem que isso resultasse em sanções significativas, evidenciando os limites de um aparato jurídico excessivamente formalista e pouco eficaz enquanto instrumento de dissuasão. De acordo com Seck (2012, p. 60),

O aumento e a persistência do tráfico ilegal na colônia motivaram, inclusive, as petições apresentadas por Sieur Morénas à Câmara dos Deputados, em 1820 e 1821, nas quais denunciava explicitamente o envolvimento de embarcações francesas no comércio clandestino de escravizados.

Foi somente em 1848, no contexto da instauração da Segunda República, que a França decretou oficialmente a abolição do tráfico de escravizados e da escravidão nos territórios sob sua tutela. Todavia, esse marco jurídico não implicou a erradicação imediata das relações coercitivas de trabalho. Na prática, diversas formas de escravidão, dependência servil e trabalho compulsório continuaram a estruturar as relações sociais e econômicas em diferentes espaços coloniais, persistindo, em alguns casos, até as primeiras décadas do século XX.

Embora alguns reinos tenham se inserido nas redes do tráfico atlântico, é fundamental ressaltar que muitas lideranças resistiram ativamente ao tráfico negreiro, como o caso do Fuuta Toro, região fortemente influenciado pelo islamismo e pelas religiões tradicionais e onde líderes religiosos (Marabus) e políticos condenavam veementemente a escravização e a venda dos seus súditos muçulmanos aos europeus, como sublinha Barry (1999, p. 301):

No final do século XVIII, os seguidores do Islã pegaram em armas nas “Guerras dos Marabus” e, apesar da derrota, fomentaram as três revoluções de Bundu, Fouta Djallon e Fouta Toro durante o século XVIII. Assim, a oposição entre os regimes dos Ceddo [adeptos das crenças tradicionais] e as teocracias muçulmanas formou o pano de fundo da história da Senegâmbia, uma região sujeita às consequências do comércio atlântico.

Ainda segundo Becker (1985) o papel desempenhado pela religião islâmica e pelas religiões tradicionais no período pré-colonial permanece amplamente subestimado, em grande medida devido à dependência de fontes escritas europeias e cristãs, frequentemente marcadas por vieses ideológicos e limitações interpretativas. Ainda assim, as reavaliações historiográficas por ele conduzidas têm evidenciado a centralidade e a ampla difusão dos assentamentos islâmicos em extensas áreas da Senegâmbia, desafiando leituras tradicionais que minimizam sua relevância histórica na luta contra a escravidão e a expansão colonial.

Diante da violência dos regimes locais, o Islã tornou-se o único reduto contra o domínio arbitrário da aristocracia: “Em alguns reinos, e especialmente em sociedades baseadas em linhagens, a religião tradicional desempenhou um papel significativo; provavelmente foi um fator de coesão e resistência contra sociedades que praticavam a caça e a venda de escravos para os europeus” (Becker, 1985, p. 232).

No entanto, tal resistência enfrentou limites impostos pela violência militar, pelas rivalidades regionais e pela crescente presença europeia na costa. Além disso, é fundamental destacar que o tráfico atlântico não foi uma criação africana, mas um sistema imposto e sustentado principalmente pelas potências europeias. A participação de alguns reinos ocorreu em um contexto marcado por profundas assimetrias de poder, coerção econômica e desestruturação das sociedades locais. Em determinadas situações, populações submetidas à penúria alimentar chegaram a entregar membros de seus próprios grupos como estratégia extrema de sobrevivência coletiva, buscando salvar outros da fome. Tal dinâmica relativiza a noção de “convivência” entendida como uma escolha plenamente livre e consciente, evidenciando formas de ação condicionadas por contextos de violência estrutural e escassez.

Portanto, é nesse cenário histórico e sociopolítico que se insere o romance *A porta da viagem sem retorno*, de David Diop ao reconstituir o Senegal colonial e pré-colonial como um espaço atravessado por disputas de poder, no qual memória e história se entrecruzam às experiências da colonização e da escravidão. Ao deslocar o foco da narrativa eurocêntrica, o autor propõe uma leitura crítica dos mecanismos de dominação e das formas de representação do passado colonial, aproximando-se das reflexões pós-coloniais sobre ambivalência, alteridade e poder, conforme discutidas por Homi Bhabha (2013).

1.2 David Diop: autor de *A porta da viagem sem retorno*

Esse contexto histórico apresentado apresenta-se como conteúdo marcante da obra de David Diop. Nascido em Paris em 1966, Diop, filho de mãe francesa e pai senegalês, passou parte significativa de sua infância e juventude no Senegal, para onde se mudou em 1972. Sua adolescência foi vivida em Dakar, especialmente no bairro Liberté 6. Até 1960, Dakar havia sido colônia francesa e capital da África Ocidental Francesa (AOF), contexto histórico que marcaria profundamente a formação intelectual e cultural do autor. Foi em Dakar que David Diop realizou seus estudos primários e secundários, entre 1972 e 1984, na escola dos *Pères Maristes*. Após a conclusão do ensino básico, retornou à França, em 1984, para dar continuidade à sua formação acadêmica. Entre 1984 e 1987, cursou o ensino médio no *Lycée Saint-Sernin*, na região de Toulouse, destacando-se como um dos melhores alunos de sua geração. Desde cedo, demonstrou grande interesse pelo romance do século XIX e cultivou o hábito da leitura, frequentando regularmente bibliotecas, que considerava espaços centrais para a aquisição de conhecimento.

Em 1990, ingressou no curso de Letras da Universidade de Sorbonne, onde permaneceu por três anos. Seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Littérature africaine d'expression française du XVIIIe siècle au Sénégal*, evidencia já nesse momento seu interesse pela literatura africana de expressão francesa. Durante a graduação, David Diop novamente se destacou pelo desempenho acadêmico, consolidando sua reputação como estudioso da área. Na pós-graduação, especializou-se na literatura de viagem do século XVIII, dedicando-se particularmente ao estudo dos relatos de Michel Adanson sobre o Senegal. Esses textos tornaram-se o eixo central de suas pesquisas, nas quais analisou as representações construídas por viajantes europeus acerca da África entre os séculos XVII e XVIII, ressaltando a importância desses relatos para a compreensão histórica e cultural do continente.

Em 1996, obteve o título de doutor em Literatura Francesa pela Universidade de Sorbonne. Sua tese, intitulada *Les origines intellectuelles de la philosophie politique dans L'Encyclopédie de Diderot et d'Alembert*, investigou as bases intelectuais da filosofia política na obra iluminista. Posteriormente, realizou estágio pós-doutoral na mesma universidade, como bolsista do governo francês. Ao longo de sua trajetória acadêmica, atuou como professor e pesquisador de literatura africana de expressão francesa na Universidade de *Pau et des Pays de l'Adour*, no sudoeste da França, tornando-se especialista em literatura de viagem dos séculos XVII e XVIII.

No âmbito de seus estudos, Diop dedica-se à literatura francesa e às representações europeias da África, com especial atenção aos séculos XVII e XVIII, contribuindo para o ensino e a difusão da literatura de expressão francesa em diferentes universidades. Atualmente, é docente no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade de Sorbonne, onde desenvolve pesquisas sobre literatura de viagem no continente africano. Atua também como professor colaborador e pesquisador na Universidade de *Pau et des Pays de l'Adour*, integrando grupos de pesquisa em estudos coloniais e literatura africana de expressão francesa.

Além da carreira acadêmica, David Diop destaca-se como romancista contemporâneo. Seu trabalho literário é marcado pelo uso singular da língua francesa para expressar temas africanos, dialogando criticamente com o passado colonial e com os precursores do movimento da negritude, em consonância com debates centrais das literaturas africanas de língua francesa (Brugioni, 2022). Para além de sua trajetória no campo acadêmico, David Diop destaca-se como um dos mais relevantes romancistas contemporâneos de língua francesa. Sua produção literária caracteriza-se por um uso singular da língua francesa como

instrumento de expressão de experiências, memórias e conflitos africanos, estabelecendo um diálogo crítico tanto com o passado colonial quanto com os precursores do movimento da Negritude. Nesse sentido, sua obra insere-se de forma consistente nos debates centrais das literaturas africanas francófonas, conforme observa Brugioni (2022).

Nessa lógica, não se deve confundir David Diop (1966), autor do romance em estudo, com David Mandessi Diop (1927–1960), integrante da primeira geração da Negritude, marcada por um projeto afirmativo de reconstrução da identidade negra e de denúncia do sistema colonial. Sua poesia distingue-se por um tom intensamente lírico e combativo, no qual a África é representada como uma entidade coletiva, simultaneamente ferida pela violência histórica e portadora de um horizonte de libertação. Em seus poemas, o sujeito poético enuncia a partir de uma identificação com o continente, mobilizando imagens da terra, do sangue e da memória ancestral como elementos centrais de uma poética de resistência e afirmação. O engajamento político manifesta-se de forma explícita, com uma linguagem muitas vezes épica e profética, que busca despertar a consciência coletiva e convocar à luta anticolonial.

Já a escrita de David Diop, autor francês contemporâneo, situa-se no contexto pós-colonial e transnacional, marcado pela experiência da diáspora, pelas migrações e pelas persistências do racismo estrutural nas sociedades europeias. Diferentemente da ênfase lírica e simbólica de Mandessi Diop, a obra de David Diop privilegia uma estética narrativa, fragmentada e voltada para a interioridade dos sujeitos colonizados. Sua crítica ao colonialismo opera menos pela exaltação identitária e mais pela exposição da violência extrema, do trauma e da desumanização produzidos pelas guerras imperiais e pelo racismo institucional. Em suma, podemos dizer que a produção ficcional de David Diop reflete sua condição de sujeito atravessado por duas culturas, francesa e senegalesa, aspecto central na construção de suas narrativas, o que pode ser lido à luz das reflexões de Stuart Hall (2013) sobre identidade cultural e diáspora.

Entre 2012 e 2021, David Diop publicou quatro obras de destaque: *1889, L'Attraction universelle* (2012); *Rhétorique nègre au XVIIIe siècle* (2018); *Frère d'âme* (2018); e *La porte du voyage sans retour* (2021). A obra ensaística *Rhétorique nègre au XVIIIe siècle* analisa relatos de viagem e textos da literatura abolicionista, buscando decifrar o discurso atribuído aos africanos em narrativas produzidas entre o final do século XVII e o início do século XIX, dialogando diretamente com estudos sobre representação, alteridade e discurso colonial (Said, 2011). Já o romance *1889, L'Attraction universelle* revisita a Exposição Universal de Paris de

1889, enfocando as relações interculturais e o racismo colonial por meio da trajetória de personagens senegaleses e europeus.

O romance *Frère d'âme*, publicado em 2018, conferiu ampla projeção internacional ao autor. A obra recebeu o prêmio *Choix Goncourt* em 2019 e venceu o *International Booker Prize* em 2021, na categoria de melhor tradução para o inglês, sob o título *At Night All the Blood Is Black*, traduzido por Anna Moschovakis. No Brasil, foi publicado como *Irmão de alma*, pela Editora Nós, com tradução de Raquel Camargo. O romance aborda o trauma da Primeira Guerra Mundial a partir da perspectiva de soldados senegaleses que lutaram pelo exército francês, tematizando a violência, a culpa e a fragmentação da subjetividade em contexto colonial, em uma abordagem que evidencia as continuidades do imperialismo europeu (Said, 2011).

Logo nas primeiras linhas do romance, o personagem Alpha Ndiaye lamenta por não ter conseguido poupar o sofrimento de seu amigo Mademba Diop, que agonizava nos campos de batalha. A morte de Mademba Diop insere-se em um contexto de guerra colonial, no qual as vidas dos soldados africanos são profundamente marcadas pelos conflitos travados em nome das potências coloniais, como se observa no excerto a seguir:

Pela graça de Deus e pela graça do nosso grande marabuto, se você é meu irmão Alfa, se você é de fato quem eu penso que é me degole como um carneiro de sacrifício, não deixe o focinho da morte devorar meu corpo, não me abandone em toda essa sujeira Alfa Ndiaye eu suplico me degole (Diop, 2020, p. 9).

Seu romance mais recente, *A porta da viagem sem retorno*, publicado em 2021 e traduzido no Brasil pela Editora Nós, constitui o objeto central desta dissertação. Dividida em 36 capítulos, a obra articula duas personagens fundamentais: Michel Adanson, naturalista francês inspirado em figura histórica homônima, e Maram Seck, personagem ficcional que representa simbolicamente a mulher senegalesa no contexto colonial. A narrativa revisita o Senegal do século XVIII, explorando as tensões entre memória, história, colonização e escravidão, a partir de uma perspectiva crítica que se aproxima das reflexões pós-coloniais sobre poder e representação (Bhabha, 2013).

Michel Adanson é apresentado como um jovem acadêmico francês que viajou ao Senegal entre 1749 e 1753 para estudar a fauna e a flora locais. Em torno dele, surgem personagens históricos ligados à administração colonial francesa, como o governador de Saint-Louis, Estoupan de la Brüe. A narrativa, entretanto, ganha densidade a partir da

presença de Maram Seck, mulher negra senegalesa cuja história emerge como memória silenciada nos cadernos de Adanson. O sobrenome Seck, de origem senegalesa e associado ao antigo reino de Waalo, reforça a localização cultural e étnica da personagem, vinculada à etnia wolof e à região de Saint-Louis.

Maram Seck ocupa papel central no romance, pois encarna a condição feminina sob a opressão colonial e patriarcal. Embora inicialmente apresentada como mulher submetida às estruturas familiares e sociais, revela-se uma personagem forte e ambígua, que resiste às formas de dominação impostas tanto pelos colonizadores franceses quanto pelas hierarquias locais. Sua trajetória permite ao leitor acessar uma perspectiva feminina e negra da escravidão e do colonialismo, aspecto fundamental para a proposta narrativa de Diop.

A estrutura do romance é marcada pela fragmentação da memória e pela alternância de focos narrativos, procedimento estético recorrente em narrativas pós-coloniais que problematizam a escrita da história e a autoridade do discurso europeu (Bhabha, 2013). O primeiro capítulo apresenta Michel Adanson em estado agonizante, às vésperas da morte, desejoso de transmitir suas memórias à filha, Aglaé. A partir desse ponto, a narrativa constrói-se em retrospectiva, explorando o passado do naturalista, suas relações familiares e sua experiência no Senegal. O romance articula, assim, história de amor, aventura e reflexão crítica sobre o imperialismo francês, a colonização e o tráfico negreiro.

Desse modo, *A porta da viagem sem retorno* insere-se de maneira coerente no conjunto da obra de David Diop, reafirmando seu compromisso com a revisão crítica da história colonial e com a valorização das vozes africanas silenciadas, em consonância com os pressupostos teóricos dos estudos pós-coloniais (Bhabha, 2013; Said, 2011; Hall, 2013). É nesse horizonte que a presente dissertação propõe analisar os elementos literários, históricos e memorialísticos que estruturam o romance.

CAPÍTULO II – DAS MEMÓRIAS DE UM NATURALISTA FRANCÊS NA COLÔNIA DE SENEGAL

2.1 Das expedições de viagem ao romance contemporâneo franco-senegalês

Como vimos no capítulo anterior, o processo de ocupação imperialista francês no Senegal deu-se a partir do século XVII, com a criação de entrepostos comerciais e com a tomada de Ilha de Gorée (até então sob ocupação dos holandeses), e se intensificou ao longo do século XIX¹, com a fundação da colônia. Como afirmam Fonseca e Djitté (2023, p. 55),

A partir de 1817, os franceses ocuparam permanentemente postos avançados ao sul do Senegal. Desde que o comércio de escravos fora abolido, foi feita uma tentativa de usar a mão de obra africana nas plantações de produtos tropicais nesta região.

Tal fato foi responsável por produzir uma série de narrativas de viagem que refletem as experiências e percepções dos colonizadores, exploradores e missionários. Essas narrativas de viagem frequentemente abordavam a geografia, a cultura e as pessoas que habitavam a região, na maioria das vezes através de uma lente eurocêntrica (Mudimbe, 2013).

Os viajantes-colonizadores franceses, ao chegarem ao Senegal, eram atraídos pela riqueza de seus recursos naturais e pelo comércio de escravizados. Nesse intuito, as expedições eram marcadas por uma combinação de exploração, comércio e, eventualmente, pela imposição de controle colonial. Por tais razões, as descrições das paisagens, das cidades costeiras, como Dakar e Saint-Louis, e das comunidades locais, eram frequentes nos relatos de viajantes.

Uma das primeiras expedições significativas foi a que fundou, 1659, a cidade de Saint-Louis (na chamada França Ocidental), localizada nas proximidades da foz do rio Senegal, e que se tornaria um importante centro comercial e um dos lugares onde esteve o botânico Michel Adanson. Ainda no século XVII, os franceses continuaram a explorar o interior do Senegal, buscando expandir seus domínios e estabelecer relações comerciais com as populações locais.

As expedições também eram impulsionadas pela necessidade de garantir rotas comerciais e proteger os interesses franceses contra outras potências coloniais, como os britânicos e os holandeses. As agitações também se davam com os povos locais e os

¹ Embora exploradoras europeus tenham chegado à região da Senegâmbia no séc. XV.

franceses, frequentemente, entravam em conflito com os reinos africanos, como o império Waalo e Kayor, à medida que tentavam consolidar seu controle sobre a região (Barry, 2000).

No século XIX, a colonização se intensificou, como dissemos, impulsionando os franceses para regiões mais profundas do interior. Nesse contexto, destaca-se o nome do explorador e militar francês Louis Faidherbe, que se tornou governador do Senegal entre 1854 e 1865. Faidherbe promoveu a construção de infraestrutura, como estradas e ferrovias, para facilitar o transporte de recursos explorados e de tropas.

Durante esse processo imperialista e colonizatório, os franceses tiveram contato, como dizíamos, com diversos povos senegaleses, resultando em um complexo cenário cultural (Barry, 2000). Embora, inicialmente, os colonizadores tenham se aliado às lideranças locais, buscando diferenciar o direito consuetudinário e o direito civil e montar estratégias de negociações comerciais para ampliação do tráfico de pessoas, ao longo do período de colonização as relações foram sendo assinaladas por conflitos e resistência, à medida que as populações locais lutavam contra a imposição colonial (Becker, 1997; Barry, 1972; 2000).

Fato notável até hoje é que as expedições e todo o processo de invasão colonial foram responsáveis por redefinir as fronteiras africanas e tiveram um impacto significativo nas comunidades, resultando em mudanças sociais, econômicas e culturais que reverberam até os dias atuais. Como afirma Barry (2000, p. 65):

O sonho não realizado da unidade africana infelizmente se choca com o peso de um espaço explodido a que remonta a história, no essencial, no século XIX, ocasião da divisão colonial que moldou a configuração das fronteiras dos Estados atuais. As crises atuais mostram que a população vive mal no interior das fronteiras dos Estados-Nações e colocam com agudeza a gestão desse legado colonial que fixou fronteiras tanto artificiais como arbitrárias.

Foram as expedições de viagem que permitiram que os franceses conhecessem o melhor território senegalês a fim de explorá-lo. Nesse intuito, exploradores e cartógrafos desempenharam papéis cruciais na criação de mapas detalhados da região (Mudimbe, 2013). Esse conhecimento geográfico foi fundamental para a expansão colonial, pois facilitou a ocupação e a administração das terras. Como argumenta Said em *Cultura e imperialismo*:

Considera-se que, em 1800, as potências ocidentais reivindicaram 55%, mas na verdade detinham 35% da superfície do globo, e em 1878 essa proporção atingiu 67%, numa taxa de crescimento de cerca de 220 mil quilômetros quadrados por ano. Em 1914, a taxa anual havia subido para vertiginosos 620 mil quilômetros quadrados, e a Europa detinha um total aproximado de

85% do mundo, na forma de colônias, protetorados, dependências, domínios e *commonwealths*. (2011, p. 40)

Além da expansão territorial, as narrativas de viagem refletiam a visão de superioridade cultural dos colonizadores. Muitos viajantes viam sua missão como uma forma de civilizar os povos africanos, promovendo a cultura e a religião europeias em detrimento da dizimação dos povos e das culturas locais (Mudimbe, 2013). Isso se manifestava em relatos sobre a evangelização e a educação, que eram vistos como ferramentas para a passagem à modernidade senegalesa (Becker, 1997; Barry, 1972).

Analisando as relações colonizado e colonizador que se desdobraram desse contexto histórico, Albert Memmi, em *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, no capítulo “A viagem do colonizador”, enfatiza as dinâmicas de poder, identidade e alienação nelas implicadas. Memmi aponta as motivações do colonizador, suas percepções e as consequências psicológicas dessa relação desigual, estabelecendo as bases para uma reflexão mais profunda sobre o colonialismo e suas implicações duradouras no tempo e no espaço:

Quando, nestes últimos anos, a história se acelerou e a vida se tornou difícil, frequentemente perigosa, para os colonizadores, foi esse cálculo tão simples, mas irreplicável, que os reteve. Nem mesmo aqueles que chamamos na colônia de pássaros de passagem manifestaram pressa excessiva de partir. Alguns, ao considerarem o retorno, começaram a temer, de maneira inesperada, um novo exílio: o de se reencontrarem em seu país de origem. Pode-se em parte crer neles; deixaram em seu país há tempo bastante para nele não ter mais amizades vivas, seus filhos nasceram na colônia, foi aí que enterraram seus mortos. Mas exageram em seu dilaceramento; se organizaram seus hábitos cotidianos na cidade colonial, importaram e nela impuseram os costumes da metrópole, onde passam regularmente suas férias, de onde retiram suas inspirações administrativas, políticas e culturais, e sobre a qual seus olhos permanecem constantemente fixos. Seu exílio, na verdade, é de base econômica: o do novo rico que corre o risco de ficar pobre. Eles resistirão, portanto, o máximo possível, pois, quanto mais o tempo passar, mais durarão as vantagens, que realmente merecem algumas preocupações e que sempre se perderão demasiadamente cedo. Mas se um dia o econômico é atingido se as situações, como se diz, correm riscos reais, o colonizador se sente então ameaçado e pensa, seriamente desta vez, em voltar para a metrópole. (2007, p. 39-40)

Tais aspectos históricos até aqui mencionados reverberam no romance de Diop, seja pela presença do explorador-colonizador, seja pela presença dos povos da terra subjugados pelo imperialismo violento. É, por exemplo, com largas descrições de paisagens que o leitor se depara nos primeiros capítulos do romance franco-senegalês. Junta-se a esse aspecto descritivo o do tema do império e da colonização, por meio da introdução da personagem

Michel Adanson. É com ele que passamos a acompanhar a relação metrópole e colônia, estilos de vida e núcleos familiares na França e no Senegal. E é sobre esta personagem que nos debruçamos neste capítulo. Buscaremos destacar os modos como a personagem literária de origem europeia se relaciona com o território e os habitantes do Senegal colonial, procurando ler criticamente como seu ponto de vista e sua memória são construídos e revistos na narrativa de David Diop.

À medida que imerge na narrativa de *A porta da viagem sem retorno*, o leitor descobre que Michel Adanson não é apenas uma ficção nascida da mente criativa de Diop. A personagem central do romance aparece como uma memória da figura histórica relevante, representando uma ponte entre a história da ciência europeia e a história colonial em África. É desse modo que a narrativa arrasta o leitor para o passado colonial e da escravidão, fazendo com que, por meio da figura de Adanson, possamos vislumbrar alguma memória cultural (Assmann, 2011) acerca das complexas relações entre o colonizador e o colonizado (Memmi, 2007), além de problematizar o olhar europeu sobre a África do século XVIII.

No plano histórico, Michel Adanson foi um naturalista francês do século XVIII, famoso por suas viagens à África Ocidental e pelo trabalho de catalogação da flora africana. No romance de Diop, ele surge como uma presença simbólica de um homem europeu que se interessa pelo estudo da natureza africana, mas que, ao mesmo tempo, representa a forma como o olhar colonial se apropria da África e de seus recursos naturais. Ao longo da narrativa, Adanson desempenha, portanto, um papel significativo, juntamente com Maram Seck. Ele nos é apresentado como uma representação do olhar cientificista europeu sobre a África durante o período colonial, especialmente no século XVIII.

Se no plano historiográfico o nome Michel Adanson está associado à figura de um naturalista francês que viajou pela África Ocidental, mais especificamente pelo Senegal, e torna-se famoso por sua obra de catalogação da flora africana, a maneira como ele aparece no romance não é simplesmente como uma figura histórica distante, mas sim como uma presença simbólica que traz à tona questões sobre o colonialismo, o conhecimento científico e a exploração.

Nesses termos, através de Adanson, Diop consegue transmitir as contradições do encontro entre o conhecimento científico imperialista europeu e as culturas africanas. Isso não quer dizer que estejamos lidando com uma personagem simples ou que nos conduz a um olhar maniqueísta. Aliás, uma característica do romance de Diop é o olhar crítico para a figura humana, de um modo geral, encarando as relações de poder que se impõem, seja na prática

imperialista, seja na forma como as lideranças políticas africanas vão sendo deturpadas em direção aos objetivos pessoais em detrimento dos vínculos parentais e comunitários que balizam os diferentes reinos e comunidades tradicionais. Esse último aspecto fica mais evidente na representação da personagem Maram Seck e seu seio familiar, sobre os quais trataremos no capítulo 3.

De tal modo, o botânico francês é retratado não simplesmente como um herói ou vilão, mas como uma figura ambígua, cujo trabalho e motivação estão imersos nas dinâmicas de poder e exploração que marcaram o período colonial. Adanson também aparece como uma metáfora para o olhar externo sobre a África, que, mesmo em suas supostas boas intenções científicas, não deixa de ser um francês do século XVIII e XIX. Essa abordagem abre espaço para que o leitor questione a construção da história colonial através de uma lente crítica, revelando a complexidade das relações imperiais.

Assim, compreendemos que a presença de Michel Adanson no romance de Diop, em companhia da protagonista Maram Seck, atua para reforçar os temas de identidade, exploração e resistência, além de destacar como os eventos históricos e seus personagens interagem com as narrativas ficcionais para criar um entendimento mais profundo do passado colonial.

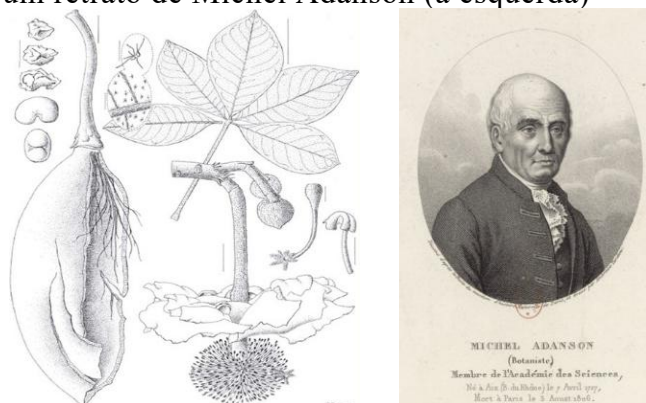
No plano historiográfico, a narrativa ocidental identifica Michel Adanson como o primeiro a descrever cientificamente a árvore baobá (figura 2), durante expedição ao Senegal, entre 1749 e 1753, período em que estudou extensivamente a flora local e ficou impressionado com o baobá, por sua grandiosidade e peculiaridade. Em sua descrição, o estudioso detalhou a árvore sagrada e mágica para os africanos, destacando seu tamanho extraordinário, longevidade (estima-se que alguns baobás tenham milhares de anos) e importância ecológica e cultural.

Marca da relevância de Michel Adanson para a ciência europeia pode ser encontrada na homenagem que vincula seu nome à simbólica e representativa espécie africana *Adansonia digitata*, dado por Bernard de Jussieu em homenagem àquele que teria sido (para o mundo europeu) o primeiro a descrever cientificamente a espécie, a partir de suas investigações no Senegal.

Para a maioria dos cientistas, o nome baobá é uma transliteração do termo árabe *buhibab*, que significa fruto com numerosas sementes (Diop *et al.*, 2005). A espécie *Adansonia digitata* difere das demais por apresentar grandes flores brancas e noturnas que se

encontram suspensas, coroa arredondada e o tronco muito macio e fibroso que pode atingir uma altura de 5 a 30 metros e um diâmetro de 2 a 10 metros.

Figura 4 — Desenho botânico ilustrando as características diagnósticas da *Adansonia digitata* (à direita) e um retrato de Michel Adanson (à esquerda)



Fonte: Komane *et al.*, 2017; https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Adanson

2.2 Michel Adanson: de botânico a personagem literário

Transposto e reconfigurado no plano da ficção, em *A porta da viagem sem retorno* o leitor acompanha uma narrativa profundamente sensível sobre as memórias da personagem Michel Adanson. Antes de avançarmos para a personagem da ficção, vamos ainda nos deter em entender melhor quem foi a figura histórica de Michel Adanson, participante direto da história da colonização francesa nos países da África ocidental, principalmente no Senegal, durante o século XVIII. Nascido em 7 de abril de 1727, em Aix-en-Provence, Adanson era membro de uma família de Auvergne e que se mudou para a Provença e, após, para Paris por volta de 1730.

Mais tarde, Adanson² estudou na Universidade de Aix, onde se interessou por ciências naturais, botânica e filosofia. Sua formação inicial lhe forneceu uma base sólida para suas futuras explorações e investigações científicas. Após sair da Universidade de Sainte Barbe, foi empregado nos gabinetes de R. A. F. Reaumur e Bernard de Jussieu, no Museu Nacional de História Natural, assim como no Jardim das Plantas de Paris. A partir de 1740, Adanson acompanhou as palestras sobre botânica, física, química e anatomia e rapidamente desenvolveu uma paixão pela história natural, criando bichos da seda e fazendo experiências com plantas.

² As informações biográficas de Adanson estão mencionadas de acordo com os sites: https://fr.wikipedia.org/wiki/Michel_Adanson; <https://shs.cairn.info/journal-revue-d-histoire-des-sciences-2012-1-page-5?lang=en>

Em 1749, aos 22 anos de idade, o pesquisador embarcou numa expedição pelas ilhas Canárias e Senegal com a Companhia Francesa das Índias Ocidentais. Em Senegal, assumiu um modesto cargo na Companhia das Índias, permanecendo durante cinco anos. Durante este tempo, coletou e descreveu numerosas espécies de animais e plantas e delineou os mapas do país, além de registrar sistemáticas observações meteorológicas e astronômicas e produzir um dicionário das línguas faladas na região.

Retornou à Europa em 1754, com uma imensa coleção de espécimes, contendo mais de trinta mil plantas (atualmente conservadas no Museu de História Natural). Trouxe também 33 espécies de pássaros, que foram descritas por Mathurin Jacques Brisson (1723-1806). Deste material, o botânico usou uma pequena parcela para escrever o seu trabalho *Histoire naturelle du Senegal* (1757). Nele, Adanson propôs um método universal, isto é, um sistema de classificação diferente dos até então propostos, e incluiu um ensaio sobre as conchas.

Em 1759, foi eleito membro da Academia das Ciências, subsistindo com uma pequena pensão que lhe foi conferida. Com a dissolução da Academia pela Assembleia Constituinte, foi privado deste benefício e passou a viver em situação financeira crítica, não podendo comparecer diante do Instituto Francês, quando convidado a prestar os exames para tomar lugar entre seus membros. Conta-se que não possuía nem camisa e nem sapato para comparecer ao ato. Mais tarde, foi-lhe concedida uma pensão suficiente para aliviar o seu sofrimento.

Em 1763, publicou *Familles naturelles des plantes*, propondo uma nova classificação e uma nova nomenclatura. Em 1774, submeteu à consideração da Academia de Ciências da França um material volumoso, contendo todos os seres e substâncias conhecidas. Era constituído de 27 volumes enormes de manuscritos, indicando as relações gerais de todas estas matérias e a sua distribuição; mais 150 volumes, contendo em ordem alfabética 30 mil espécimes dos três reinos; um vocabulário com 200 mil palavras, com suas explanações, 30 mil figuras, entre outras coisas. O comitê que inspecionou essa massa recomendou a Adanson retirar o material compilado e publicar aquilo que era de sua autoria. O pesquisador, por sua vez, rejeitou o conselho e continuou a trabalhar no material, que nunca foi publicado.

Michel Adanson morreu em Paris, depois de meses de grande sofrimento, solicitando, como única decoração de sua sepultura, uma guirlanda de flores recolhidas de algumas das 58 famílias que identificou. Seus manuscritos e o seu herbário permaneceram sob o poder da sua família durante um século e meio e, em torno de 1960, foram para a Biblioteca Botânica de

Hunt. Na sequência, o Instituto Hunt republicou o trabalho *Familles des plantes* em dois volumes (1963-64), pela editora de G. H. M. Lawrence.

Do ponto de vista europeu, Adanson se destacou por buscar conhecer as comunidades situadas além da metrópole. Sua disposição para registrar os conhecimentos dos povos da África Ocidental sobre as plantas e suas utilizações contrasta com a perspectiva colonizadora típica da época, permitindo uma reflexão sobre a importância da colaboração intercultural. Não obstante, a figura de Michel Adanson na história do Senegal está entrelaçada às complexas dinâmicas do colonialismo. Enquanto suas contribuições científicas foram significativas para a Europa, sua jornada também foi moldada pela realidade colonial da época. Ele se tornou um mensageiro da cultura europeia em uma terra colonizada, e isso levanta questões sobre até que ponto seu legado é positivo ou problemático.

No romance de David Diop, a imagem de Michel Adanson personagem, descrita pelo narrador, oscila entre a grandeza da sua figura no campo da história da ciência europeia e a fragilidade do homem frente aos fatos que se impõem pessoalmente e diante do poder colonial. De tal forma, o enredo é fortemente conduzido por essa personagem ambígua. Contextualizada no século XVIII, entre 1749-1753, mesmo período cronológico da viagem do personagem histórico ao Senegal, a narrativa insere Adanson como um dos primeiros colonizadores franceses a penetrar o território do atual Senegal, no intuito de coletar informações a serviço da ciência europeia, mas também do colonialismo, embora a isso a personagem queira recorrentemente se opor. Assim, ele é central no processo da dominação colonial na África ocidental, retrato de sua carreira acadêmica enquanto botânico, função em que conseguiu realizar alguns projetos coloniais sobre a vida das plantas na África principalmente no Senegal. A personagem opera, portanto, como a junção com o colonizador francês no Senegal. De modo análogo à personagem histórica, o naturalista da ficção é um botânico conhecido por suas contribuições à ciência, especialmente em relação à flora da África Ocidental, e representa a interseção entre a ciência europeia e a cultura africana.

Vinculado ao contexto da exploração colonial, das identidades e resistência africanas, Adanson é apresentado como aquele que, apesar de suas genuínas intenções científicas, também se vê imerso nas realidades brutais da escravidão e da colonização. Sua presença no romance atua, portanto, como mecanismo de questionamento das narrativas históricas e para destacar as vozes e experiências dos africanos durante esse período tumultuado. Isso implica uma narrativa que não deixa de tecer o jogo entre ciência e exploração, não sendo estas (ciência e exploração), conforme perspectivas do século XVIII e XIX, realidades e expressões

antagônicas, pelo contrário, revelam-se próximas e aliadas no projeto de modernidade iluminista e imperialista europeia. Assim, Michel Adanson se torna um símbolo das tensões entre conhecimento, poder e resistência cultural (este último elemento visto, sobretudo, no convívio de Adanson com Ndiak e Maram Seck, por quem o botânico se apaixona).

No nosso modo de entender, a visão do personagem Adanson sobre o Senegal durante a época da colonização francesa é marcada por uma complexidade que reflete tanto sua argúcia científica quanto as dinâmicas sociais e culturais da época. Ele via o Senegal como um espaço de rica biodiversidade e de rica cultura, onde tentou superar os limites do colonialismo ao se engajar com as comunidades locais e compreender, ainda que lentamente, seus saberes. Sua visão apresenta, portanto, uma complexa interação entre o interesse científico e as realidades sociais.

Como nos evidencia o romance de Diop, nos primeiros dias de sua chegada ao Senegal, em 1749, o botânico e explorador francês se vê em meio a um mundo muito diferente do que conhecia. Sua missão era catalogar a flora local, mas a adaptação a um novo ambiente e a interação com os habitantes locais representavam desafios inesperados. Esse ponto é possível observar em no seguinte trecho do romance:

Então eu parti ao Senegal em busca das plantas, flores, conchas e árvores que nenhum outro douto europeu havia descrito até o momento, e lá encontrei sofrimentos. Os habitantes do Senegal não são menos desconhecidos para nós do que a natureza que os cerca. Porém, acreditamos conhecê-los o suficiente para supor que eles nos são naturalmente inferiores. Seria porque eles nos pareceram pobres na primeira vez que nós os encontramos, há quase três séculos? Seria porque eles não sentiram a necessidade, como nós, de construir palácios de pedra resistentes ao fluxo das gerações que passam? Nós podemos julgá-los inferiores por não terem construído navios transatlânticos? Talvez essas razões expliquem por que não os consideramos nossos iguais, mas cada uma delas é falsa. (Diop, 2021, p. 52)

Nesta parte do romance, o narrador conduz o leitor a entender os desafios que o personagem Adanson enfrenta durante os primeiros dias com os habitantes do Senegal. Mas também permite que os questionamentos dirigidos por Michel atuem como reflexões críticas que releem a história a contrapelo (Benjamin, 1994). A narrativa ainda faz uso de questões históricas relativas ao deslocamento pelos diferentes espaços, sobretudo entre a metrópole e a colônia. Vemos os modos como Diop vai tecendo, pela boca de sua personagem, uma tentativa de edificar, no olhar do colonizador, uma consciência crítica em torno do imperialismo e do projeto colonial.

Como se nota, a figura de Michel destaca-se como a grande referência na produção de conhecimentos sobre a fauna e a flora, mas também como um nome científico associado ao imperialismo e à colonização francesa em África e no Senegal. E é marca de sua biografia essa relação ambígua com o projeto colonial e com as populações locais. Sua trajetória histórica mostra que os interesses políticos e seus estudos das ciências naturais estavam associados. Durante a sua estada no Senegal, consegue aprender a falar wolof, facilitando a comunicação entre europeus e povos habitantes do território do Senegal. No campo historiográfico, o jovem, de fato, aprendeu wolof e tomou notas sobre a gramática das diferentes línguas e dos costumes. No romance de Diop, essa característica da figura histórica é aproveitada como parte da narrativa, como se observa no seguinte trecho:

Eu simplesmente aprendi uma de suas línguas. E quando conheci suficientemente o wolof para compreendê-lo sem hesitação, tive o sentimento de descobrir pouco a pouco uma paisagem magnífica que, grosseiramente reproduzida pelo mau pintor de um cenário de teatro, fora habilmente substituída pelo original. A língua wolof, falada pelos negros do Senegal, vale tanto quanto a nossa. Nela eles acomodam todos os tesouros de sua humanidade: a crença na hospitalidade, a fraternidade, suas poesias, sua história, seus conhecimentos de plantas, seus provérbios e sua filosofia de mundo. Sua língua foi a chave que me permitiu compreender que os negros cultivaram outras riquezas para além daquelas que perseguimos empoleirados em nossos navios. (Diop, 2021, p. 53-54)

Nota-se, mais uma vez, o olhar crítico e reflexivo de Michel. Tal olhar não é esboçado no tempo real de suas vivências. Devemos nos atentar para o fato de que tudo o que o leitor passa a conhecer no romance advém dos cadernos de memórias que Adanson escrever 50 anos após a passagem pelo Senegal. Tais cadernos são descobertos pela filha, como veremos, e é a partir da leitura dela que temos acesso ao consciente mais íntimo da personagem. Essa consciência crítica, vale destacar, não foi, portanto, propagada ou divulgada em vida. Assim, ao longo da narrativa, esse ponto de vista vai se descortinando à medida que Adanson já não está mais no território africano. Vivendo na metrópole, ele rememora seus dias e suas vivências no Senegal e reavalia o cenário da modernidade europeia, permitindo-se questionar as concepções imperialistas sobre os povos e suas culturas. Tal desdobramento advém do fato de que, ao longo de sua estadia na África, teve a oportunidade de interagir com as comunidades locais.

Como o romance deixa claro, para aprender wolof o botânico do romance de Diop utilizou métodos como a observação direta, a imersão na cultura local e a prática da língua com os falantes nativos, sobretudo Ndiak. A aprendizagem da língua seria elemento

fundamental na atuação do cientista, não sendo oculto seu interesse em documentar e estudar a flora e a fauna da região, o que o teria levado a se comunicar frequentemente com os habitantes locais, facilitando assim seu aprendizado do idioma, como também dos saberes e conhecimentos dos povos locais sobre a natureza e os diferentes ecossistemas das regiões do Senegal.

Nesses termos, Michel Adanson da ficção pode ser visto como um reflexo das complexidades do colonialismo e o aparente tom crítico assumido em suas memórias em relação aos discursos coloniais sugere uma consciência das injustiças e das narrativas distorcidas que frequentemente acompanhavam a colonização. No entanto, essa consciência se revela tardiamente e só vem a público no pós-morte. Adanson, em diversos pontos de seus cadernos, questiona as justificativas que eram dadas para a exploração e a dominação, reconhecendo a hipocrisia e os impactos devastadores sobre as culturas e sociedades locais. Seu olhar empático em relação à realidade da colônia indica uma capacidade de compreender e sentir a dor e as dificuldades enfrentadas pelos colonizados, no entanto, esse olhar não se sustenta publicamente, em vida, como se observa no trecho em que ele afirma ter publicado artigo em França sobre os benefícios financeiros da escravidão:

Hoje, não me orgulho de admitir, mas à medida que o tempo foi apagando pouco a pouco o belo rosto de Maram da minha memória, acabei associando minha paixão por ela a uma exaltação amorosa desonrosa, a uma loucura juvenil inconsequente. Minha ambição de erudito havia se tornado tão avassaladora que sacrifiquei Maram a ela sem remorsos. E, prisioneiro da minha busca por reconhecimento e glória, nomeado por meus pares especialista em todos os assuntos que diziam respeito ao Senegal, publiquei um artigo, destinado ao Escritório das Colônias, sobre as vantagens do comércio de escravos para a Concessão do Senegal em Gorée. Intuí, argumentei, alinhei número favoráveis àquele tráfico infame contra minhas próprias convicções, doravante profundamente escondidas, enterradas em minha alma. Mergulhado no estudo das plantas, tragado por uma sucessão de pequenos compromissos alimentados pela esperança de publicar um dia meu *Orbe universel* do qual eu esperava nada menos que a glória, perdi de vista Maram, isto é, a realidade tangível da escravidão. Ou, ao menos, dissimulei aos meus olhos aquela realidade por trás de uma demonstração contável e abstrata de suas vantagens. Agora, posso dizer que matei Maram uma segunda vez quando escrevi aquele artigo elogiando o comércio de escravos em Gorée. (Diop, 2021, p.237-238)

De tal modo, vale reforçar, a consciência crítica da personagem é esboçada a posteriori, após sua saída de Senegal e as experiências com Maram Seck e já nas intermitências de sua morte, quando decide escrever um caderno de memórias, que será encontrado pela filha Aglaé. Assim, Adanson pode ser lido como uma figura que denuncia,

através seus escritos de memória, as incoerências do colonialismo, mas o faz apenas na medida em que é confrontado, ao longo da vida, pela complexidade de suas próprias experiências em território africano, que o assombram profundamente, menos no campo científico do que no campo dos afetos. É nesse contexto que ele busca entender a complexidade das vidas que foram afetadas por ele e pelos franceses, promovendo um diálogo mais profundo sobre as consequências históricas e sociais desse período.

Assim, Michel Adanson, explorador, curioso e aventureiro, na medida em que é frequentemente motivado pelo desejo de emoção, novidade e desafio, nos aparece como figura emblemática da história da colonização francesa do Senegal. Ele é representado como um homem colonizador ideal dentro da sociedade africana. Mas o seu caráter é realmente identificado através dos seus atos e comportamentos, o que também inclui as suas emoções e pensamentos, os quais moldam a narrativa. Isso pode ser observado a partir da rede de relações que constitui com habitantes locais, como Ndiak, filho do rei do Waalo e um dos companheiros de Michel desde a sua chegada ao Senegal. O menino surge na narrativa como uma guia do colonizador francês pelo território físico e cultural, como se observa no seguinte trecho do romance:

Então eu logo o dispensei, confiando muito mais em Ndiak, que tinha doze anos de idade na primeira vez que eu o encontrei, e a quem eu ensinava noções de botânica para que ele me ajudasse efetivamente quando eu questionasse, em wolof, as pessoas especialistas nessa ciência.

Estoupan de la Brue, o diretor geral da Concessão do Senegal, me dera Ndiak do rei do Waalo, com quem ele negociava. Ndiak era meu passaporte no Senegal. Em sua companhia e também na de alguns homens armados fornecidos pelo mesmo rei, nada de desagradável poderia me acontecer. Ndiak me ensinara que ele era príncipe, mas que jamais se tornaria rei do Waalo. Foi porque ele não era nada na ordem de sucessão do reino do Waalo que seu pai aceitara que Ndiak deixasse sua corte, em Nder, para me acompanhar a pedido do senhor de la Brue (Diop, 2021, p. 54-55).

Neste ponto do romance de Diop, vemos que Ndiack desempenha papel fundamental na chegada e incursão de Michel Adanson pelo Senegal, oferecendo apoio e orientação ao naturalista francês. Primeiro o botânico emprega o verbo ensinar para se referir ao príncipe do reino de Waloo: “a quem eu ensinava noções de botânica para que ele me ajudasse efetivamente quando eu questionasse, em wolof, as pessoas especialistas nessa ciência” (Diop, 2021, p. 54-55). Depois, ele também usa o verbo ensinar para se referir ao que recebeu da criança: “Ndiak me ensinara que ele era príncipe, mas que jamais se tornaria rei do Waalo. Foi porque ele não era nada na ordem de sucessão do reino do Waalo que seu pai aceitara que

Ndiack deixasse sua corte, em Nder, para me acompanhar a pedido do senhor de la Brue” (Diop, 2021, p. 54-55).

Ocorre que desde o momento em que Adanson chega ao território, Ndiack atua como seu tradutor, professor de wolof, guia pelo território, mediador em situações de conflito e protetor, facilitando sua adaptação ao novo ambiente e apresentando-o a comunidades locais. Nesses termos, é possível afirmar que o menino é produtor e coautor dos conhecimentos sobre a flora e fauna da região, atuando como um transmissor dos saberes locais. Ainda que não reconhecidos pela epistemologia europeia, a colaboração de Ndiack revela-se crucial para Adanson, pois permite que ele realize suas observações e estudos de forma mais eficaz, contribuindo significativamente para suas pesquisas botânicas e para o entendimento da biodiversidade senegalesa. Em outras palavras, a aproximação e parceria entre Ndiack e Adanson revelam os modos como os conhecimentos ditos científicos e europeus têm como base os povos originários, que têm suas culturas, cosmovisões e conhecimentos negados e vilipendiados, mas, não obstante, sequestrados.

Vale também notar, no excerto acima, a revelação de Adanson sobre as negociações entre Estoupan de la Brue, diretor geral da Concessão do Senegal, e o rei do Waalo, que cede a criança príncipe ao francês. Vai se tecendo, assim, no romance franco-senegalês, a complexa trama cultural, linguística, política e científica no processo de colonização do território senegalês.

Do ponto de vista da estrutura narrativa, David Diop mostra a forma como os personagens se interligam no espaço da colônia. Como já demonstrou Antonio Candido (2014), na literatura, o estudo de personagens nos permite compreender melhor a narrativa e permite também analisar a evolução das próprias personagens e seus papéis na história, tendo em vista a forma como interagem com outros personagens e com o ambiente. A narrativa que envolve as personagens do romance de David Diop revela o contexto histórico e social no tempo da colonização francesa do Senegal, incluindo as tensões que criam relativamente a problemas de convivência e de rivalidade entre diferentes personagens. Diante disso, vemos que na estrutura do romance um dos personagens principais, Michel, é descrito, na perspectiva europeia, como um herói corajoso e honrado que participa plenamente de diversos desafios dentro da sociedade africana. Não obstante, a chegada de Adanson como colonizador europeu ao Senegal representa e resulta em consequências e sofrimentos para a população nativa.

A narrativa de David Diop mostra a forma como tais sofrimentos penetram a consciência e transformam a vida e as memórias de Michel, afetando sua personalidade (Fanon, 2005; 2008). Isso porque a história do protagonista assemelha-se à chegada do colonialismo francês nos países africanos. A sua experiência é marcada por uma trajetória que o leva a diferentes lugares, onde ele encontra desafios, aliados e inimigos. Nesse caso, a figura de Michel está intimamente relacionada com o ato de explorar e colonizar espaços, ainda que sob alegação científica, o que o leva a percorrer diversos lugares no Senegal. A sua vida também é marcada por sacrifícios, sobretudo na busca das plantas, animais e conchas no continente africano.

Não obstante esse olhar sobre a figura de um europeu que esteve na colônia, a escrita de David Diop no romance *A porta da viagem sem retorno* é marcada, em sua gênese, pela história de sofrimentos de homens e mulheres senegaleses no tempo colonial (Fanon, 2005; 2008; Mbembe, 2018). Sua escrita destaca o personagem Michel Adanson como protagonista da história da colonização francesa no Senegal, a fim de nos fazer ver as complexas relações que se instauraram durante o imperialismo francês em África.

2.3 Michel Adanson: vida e retorno à metrópole

No plano histórico, Michel Adanson teve uma família de origem modesta, mas com conexões culturais e religiosas importantes. Conforme registros históricos, a família de Adanson tinha raízes escocesas por parte do avô paterno, Jaque Adanson, e se estabeleceu em Paris a partir de 1730. Os sobrenomes associados à sua genealogia, como Adanson, Buisson Molini e Fabre, são de origem francesa, especialmente do sul do país. Esse aspecto da sua genealogia aparece ficcionalizado no romance de David Diop, conforme se nota no trecho em que a própria personagem, já instalada no Senegal, apresenta-se a Ndiak:

De fato, na véspera de nossa partida de Meckhé, eu havia lhe dado uma visão geral da minha árvore genealógica, e creio ter conseguido convencê-lo de que meu nome de família se devia a um ancestral distante escocês que veio se instalar em Auvergne e cujos descendentes se espalharam pela Provença. Muito apegado à memória das origens familiares, Ndiak primeiro me perguntara quem eram os escoceses. Quando lhe respondi que eram um povo guerreiro que sempre lutou contra os ingleses, seus vizinhos, e que, por isso mesmo, era natural que Adanson escocês tivesse vindo se refugiar em Auvergne sob a proteção do rei da França, ele me olhara com outros olhos. De certa forma, sua visão de mundo havia afetado a minha. Foi ao apresentar meu nome de família sob uma ótica guerreira que me dei conta de como a

opinião que temos a respeito de nós mesmos está relacionada aos países e pessoas com os quais nos confrontamos. (Diop, 2021, p. 108)

Neste trecho, já retornado ao seu país de origem, após a experiência em território africano, Adanson rememora suas vivências e suas aprendizagens com Ndiak, o príncipe Waalo. Pelo excerto e em outros trechos do romance, nota-se que as narrativas sobre a família de Adanson e de outros colonizadores ajudam a construir a identidade familiar, transmitindo valores, crenças e memórias importantes para as próximas gerações (Said, 2011). A figura da família funciona como um espelho das tensões entre o mundo oficial e o mundo vivido.

Outro ponto que ficamos sabendo sobre a vida da personagem Adanson na França diz respeito ao seu casamento. A história de amor entre o protagonista e Jeanne Bénard é tratada de forma discreta e simbólica. Ela é mencionada na obra como a ex-esposa com quem ele teve uma filha, chamada Aglaé. Ao longo do romance de Diop, o narrador demonstra ao leitor que a relação entre o personagem principal e a francesa é marcada por distância emocional e pela rigidez das convenções sociais da França do século XVIII. A figura de Jeanne Bénard na obra representa o contraste do mundo europeu racional e burguês e a experiência transformadora e tardia que Michel vive na África.

Janne Bénard, mãe de Aglaé, após divórcio com Adanson, passa a se relacionar com Antoine Gérard de Bousson. Desdobramento do muito tempo que o ex-esposo passa fora em suas aventuras ou não, a história do casamento entre Michel Adanson e Jeanne é marcada pela distância física e emocional. A filha do casal, Aglé, acaba se destacando como uma memória do passado. O distanciamento entre o casal, como também entre o pai e a filha, é reforçado pelo comportamento obsessivo do protagonista pela ciência:

Quando ela partira com sua mãe, aos dezesseis anos de idade, para uma estada de um ano na Inglaterra, Michel Adanson não lhe enviara uma carta. Ele não tivera tempo, prisioneiro voluntário de um desses sonhos de enciclopédia do século dos filósofos. Mas se Diderot e d'Alembert, ou mais tarde, Panckoucke, haviam se cercado de uma centena de colaboradores, seu pai descartara a possibilidade de outra pessoa redigir para ele os milhares de artigos que compunham sua obra prima. Em qual momento ele pensara ser possível desemaranhar os fios escondidos no imenso novelo do mundo e que, supostamente, religariam todos os seres por redes sutis de parentesco? No mesmo ano do seu casamento, ele começara a calcular o tempo vertiginoso necessário para finalizar sua enciclopédia universal. Prevendo, segundo uma “estimativa elevada”, que ele morreria aos setenta e cinco anos, restariam-lhe trinta e três anos e, numa média de quinze horas de trabalho por dia, daria cento e oitenta mil seiscentos e setenta e cinco horas de tempo útil. Desde então, ele vivera como se cada minuto de atenção

dedicado à sua esposa e à sua filha o arrancasse de um trabalho que nunca acabaria por causa delas.

Portanto, Aglaé havia buscado para si outro pai, que encontrara em Girard de Busson, amante de sua mãe. E se a natureza tivesse sido capaz de fundi-los, ele Michel Adanson, para torná-los um só homem, aos seus olhos aquele enxerto humano beiraria a perfeição.

Provavelmente sua mãe pensara a mesma coisa. Foi ela, Jeanne Bénard, muito mais jovem do que Michel Adanson, que quis se separar, mesmo ainda sendo apaixonada por ele. Seu marido reconheceu de bom grado, diante do tabelião, que lhe era impossível dedicar tempo à sua família. (Diop, 2021, p.17-18)

Vê-se as consequências da obstinação racionalista, iluminista e burguesa de Adanson, que culmina na separação de fato entre os dois cônjuges e altera também a dinâmica da relação com Aglaé, com os sogros e com a rede de apoio familiar. No entanto, a filha do casal passa a ter um importante papel na narrativa a partir do final da vida do pai e, mais ainda, após a sua morte. Ao longo do romance, Aglaé desempenha um papel essencial como guardiã da memória e mediadora entre passado e presente. É através dela que o leitor tem acesso aos escritos íntimos e reflexões de seu pai, especialmente aqueles relacionados à sua experiência no Senegal e ao encontro como Maram Seck, que o marcou profundamente.

Aglaé aparece como responsável por organizar, preservar e dar sentido aos papéis deixados por Michel Adanson. Instalada em seu castelo de Balaine, a filha recebe o espólio do pai e manda construir uma estufa para o acomodar. Dentre os objetos, destaca-se uma escrivaninha, com gavetas, onde ela encontrará, após ler os indícios propositalmente plantados por Adanson, os cadernos de memória do pai. Esse encontro ocorre 50 anos após os 5 anos de Michel no Senegal. Já no início do século XIX, a filha passa a ler as recordações. Dessa forma, quando inicia o romance, o leitor se depara com a França do século XIX, com suas típicas paisagens, os jardins e a vida de Adanson e seus parentes, numa típica sociedade francesa de época, seguindo a vida distante dos espaços de colonização. Mas esse mundo do mercantilismo e dos deslocamentos imperiais aparece na França, a metrópole de tantas colônias, por exemplo, na cena em que Aglaé planeja o jardim do castelo onde passará a residir: “Ela plantaria sequoia da América, áceres e *magnolia grandiflora*. Constituiria uma estufa para cultivar flores exóticas, hibiscos asiáticos com cinco pétalas grandes. Seu pai a [...] a ajudaria, com seus contatos botânicos, a trazer plantas de árvores do mundo inteiro” (Diop, 2021, p. 28).

Na medida em que Aglaé passa a ler os cadernos, o leitor é jogado para trás no tempo, regressando até meados do século XVIII, no ponto em que Michel se encontra na comunidade de Sor, ao norte do Senegal, no reino de Waalo, sob chefia de Baba Seck, de quem ele ouve

falar pela primeira vez de Maram Seck, dita como a retornada. Nesses termos, a atitude da filha frente ao espólio do pai coloca-a não apenas como herdeira biológica, mas também como herdeira intelectual e afetiva. Ela simboliza a ponte entre as gerações, pois, ao lidar com os manuscritos, reabre o debate sobre colonialismo, ciência e humanidade, que havia sido silenciado ou esquecido na França. Assim, o seu papel no romance é duplo: de um lado, ela humaniza Michel Adanson, revelando seu lado íntimo e vulnerável; de outro, atua como narradora indireta que conduz o leitor a refletir sobre a memória histórica e sobre como as escolhas individuais se entrelaçam. Daí a relevância da filha no enredo, posto que ela surge como a responsável por dar voz póstuma ao pai: ao organizar e reler os manuscritos que ele deixou, descobre segredos, lembranças e reflexões que nunca haviam sido revelados publicamente e que chegam ao leitor do romance. Vale destacar que a escrita dos cadernos representa, para o homem ávido por fama e glória (Assmann, 2011), a forma de burlar a morte, o que o botânico avaliava não ter alcançado no campo da ciência

Ao possibilitar a ponte entre passado e presente, através do gesto da filha, o leitor tem acesso às experiências de Adanson no Senegal e à marca profunda que esses episódios deixaram em sua vida. Mais do que apenas filha, ela representa a guardiã da memória familiar e histórica, transformando os escritos do pai em um testemunho que pode colaborar para questionar a ciência colonial europeia, o colonialismo e a própria ideia de humanidade.

De tal modo, Aglaé é um elo narrativo fundamental: sem ela, o conhecimento da dimensão íntima e contraditória de Michel Adanson permaneceria oculto em meio aos grandes acontecimentos da época. Aglaé, ao retornar à história do pai por meio dos manuscritos e escritos pessoais que ele deixa guardados e ao mergulhar nesses documentos, descobre uma dimensão íntima e até secreta da vida dele, especialmente a experiência no Senegal e o encontro transformador que nunca foi plenamente compartilhado em vida.

Esse retorno não é apenas uma leitura distante. Aglaé reveste os escritos com sua sensibilidade, reconstruindo a trajetória do pai e reinterpretando suas escolhas à luz de um olhar posterior. Assim, ela reabre um passado silenciado, dando continuidade à voz de Adanson e trazendo à tona temas como colonialismo, amor, perda e memória.

O gesto de Aglaé é também simbólico, ao recuperar e relatar a história escondida de seu pai, ela assegura que sua experiência não seja esquecida e que faça parte de uma reflexão mais ampla sobre a história da França, da África e da condição humana. Ao encontrar os cadernos do pai entre os documentos e papéis que ele deixou ao morrer, percebe que os escritos não são simples anotações científicas: trata-se de diários íntimos, nos quais o pai

registrou lembranças de sua juventude no Senegal, suas observações da natureza e, sobretudo, a história da mulher africana que marcou sua vida e seu olhar sobre o mundo – Maram Seck.

Assim pois, a descoberta desses cadernos tem uma importância fundamental na narrativa. Eles funcionam como um fio condutor que permite a Aglaé, e também ao leitor, penetrar no lado mais humano e oculto de Adanson, revelando não apenas o cientista, mas o homem dividido entre a razão e os afetos, entre a metrópole e a colônia, entre a civilização ocidental e a rica cultural africana. Ao lê-los, Aglaé dá continuidade à voz do pai e reconstrói uma memória que havia sido apagada ou negligenciada pela sociedade francesa da época ou nos grandes anais da História (Benjamin, 1994).

Os cadernos atuam, portanto, como dispositivos narrativos centrais: carregam segredos, revelam contradições, questionam a ciência colonial e expõem a dimensão pessoal de um personagem que, sem eles, seria visto apenas como um naturalista europeu. Por meio deles, David Diop transforma a filha em guardiã e transmissora de uma história que atravessa gerações. É de forma inesperada que Aglaé encontra o espólio do seu pai. Adanson morre em aproximadamente no ano de 1806 e, após uma vida de ausência paterna, todas as suas aventuras surgem anotadas em cadernos, descobertas por acaso em uma gaveta de fundo duplo:

De fato, a parte frontal da gaveta se abaixara de um só vez, revelando, a um terço de sua altura, uma pequena prateleira sobre a qual se podia ver a lombada arredondada de um livro em couro marroquino vermelho-escuro. O fundo duplo da gaveta fora tão hermeticamente fechado que o couro marroquino não estava coberto de poeira.

Saindo de sua posição acocorada, ela se sentou no chão da estufa. Não ousava abrir o couro marroquino vermelho tão indecisa quanto a flor de hibisco esculpida na frente da gaveta secreta. Ele se fechava ao cair da noite ou se abria ao raiar do dia. Aglaé desamarrou lentamente a fita preta que fechava o livro e, na primeira página de um caderno de folhas grandes, descobriu uma flor seca. Pelos filamentos delgados, laranja intenso, incrustados na filigrana do papel espesso, ela julgou que, viva, a flor devia ter sido vermelho escarlata. Uma constelação de pontos amarelo-açafrão que a coroava revelava um resto de pólen separado do pistilo.

Aglaé reconheceu na folha seguinte, quase sem espaço para as margens, a escrita fina, apertada e regular de seu pai. Esses cadernos lhe eram destinados? Aglaé tinha a impressão de que não os encontrara por acaso, de que eles a esperavam havia alguns meses naquela gaveta de fundo duplo. Mas por que seu pai correria o risco de ela não os descobrir?

Por que ele colocara tantos obstáculos materiais à leitura daqueles cadernos? Se ela nunca tivesse desejado receber em Balaine todos aqueles objetos legados por ele, se não tivesse questionado cada um deles para desvendar seus mistérios, o livro de couro marroquino vermelho teria se perdido para sempre dela. Descobrir aquelas folhas manuscritas talvez fosse descobrir um

Michel Adanson escondido, íntimo, que ela nunca teria conhecido de outro modo. (Diop, 2021, p. 45-46)

A descoberta dos cadernos de Michel Adanson numa gaveta tem um valor simbólico e narrativo profundo. A gaveta representa o espaço do esquecimento, do que foi guardado em silêncio e afastado do olhar público (Assmann, 2011). Ao abrir esse compartimento escondido, Aglaé não encontra apenas papéis, mas um pedaço secreto da vida do pai sua memória íntima, seus afetos e as marcas de sua experiência no Senegal.

Esse gesto transforma Aglaé em mediadora entre o passado e o presente, uma vez que ela retira da escuridão aquilo que permanecia oculto e traz à luz uma história que questiona tanto a ciência colonial quanto a forma como a memória é construída e transmitida. A cena também sugere que todo conhecimento carrega camadas invisíveis, guardadas em lugares não públicos e fora dos arquivos oficiais, esperando ser descobertas. De tal modo, a gaveta e os cadernos não são meros detalhes materiais: são metáforas do esquecimento (Assmann, 2011), da intimidade escondida e da possibilidade de resgatar histórias silenciadas para que não desapareçam.

Os cadernos de Michel Adanson, além de serem um instrumento essencial na narrativa, podem ser vistos como uma forma de memória e registro pessoal. Eles são usados para guardar informações, experiências e até mesmo para expressar sentimentos e pensamentos, tornando-se um importante veículo para a preservação da memória individual e coletiva (Assmann, 2011; Halbwachs, 2004). Aglaé, que no plano histórico foi uma mulher culta e envolvida com botânica e jardinagem, transforma os cadernos do pai em um espaço de escuta e reconstrução. Ao lê-los, ela não apenas descobre uma faceta desconhecida de Adanson, mas também reinterpreta sua própria identidade e o papel da ciência, do amor e da memória. Os cadernos de Michel, que antes eram um testemunho pessoal e secreto, tornam-se um elo entre gerações, um gesto de releitura crítica entre o saber iluminista e a experiência vivida, entre o pai e a filha, entre a Europa e a África.

Assim, o Michel Adanson naturalista, francês notável do século XVIII, conhecido por suas contribuições à botânica e por propor um sistema de classificação das plantas alternativo ao de Linnaeus, passa a ser visto, por meio da ficção e dos cadernos, em sua faceta pessoal, que também parece fascinante, especialmente em sua relação com a filha Aglaé Adanson.

No romance, a morte de Michel Adanson marca um ponto crucial na narrativa, pois simboliza não apenas o fim de sua trajetória pessoal, mas também a passagem de um legado intelectual e emocional para sua filha e delas para os leitores. Adanson, um homem imerso em

reflexões sobre a colonização e suas consequências, deixa atrás de si uma série de cadernos, repletos de registros, observações e pensamentos que documentam sua experiência e visão crítica do mundo que o cercava. Para Aglaé, esses cadernos representam mais do que simples objetos: são a herança concreta de seu pai, carregando consigo memórias, sabedoria e uma perspectiva crítica sobre a realidade colonial.

Ao encontrar os cadernos, a filha do cientista se depara com uma ponte entre gerações e uma oportunidade de compreender melhor o homem que foi seu pai e, ao mesmo tempo, refletir sobre sua própria identidade e posição no mundo. A descoberta desses cadernos funciona também como catalisador para a narrativa, pois impulsiona Aglaé a revisitar o passado, questionar a história e construir seu próprio caminho a partir da herança intelectual e afetiva de Michel Adanson.

Ainda sobre a morte, logo no início do capítulo I, o narrador retrata o tempo que antecede o falecimento de Adanson como um momento de profunda inquietação e arrependimento, como se observa no excerto a seguir:

Michel Adanson se via morrer sob o olhar de sua filha. Ele secava, tinha sede. Suas articulações calcificadas, conchas de ossos fossilizados, já não se moviam. Torcidas como sarmentos, elas o martirizam em silêncio. Ele pensava escutar seus órgãos se desfalecerem um após outro. Estalidos íntimos, anunciando seu fim, crepitavam baixinho em sua cabeça como no início do incêndio que ele provocou perto de anoitecer, mais de cinquenta anos antes, numa margem do rio Senegal. Ele precisou se refugiar muito rapidamente numa piroga de onde, em companhia de seus *laptots*, os mestres das águas fluviais, contemplou uma floresta inteira em chamas (Diop, 2021, p. 7).

No trecho, nota-se que a morte é caracterizada como um momento de reflexão sobre o passado, presente e futuro. Ademais, a morte Adanson é ponto central da investigação, e revela a complexidade das relações sociais e a violência que se instala no período colonial do Senegal. Como dizíamos, na narrativa, os cadernos de Michel Adanson funcionam como um testemunho íntimo e secreto, revelador de uma vida marcada por descobertas científicas, dilemas morais e afetos silenciados. Esses cadernos, ainda que criação ficcional de Diop, funcionam como um dispositivo literário poderoso para reconstituir a experiência do naturalista francês no Senegal do século XVIII.

A forma como o romancista decide retratar a morte reflete sua visão crítica da sociedade senegalesa, mas também da história da colonização francesa nos países de África ocidental. A narrativa nos conta uma história de morte vivenciada por um personagem do

cotidiano, situado em um tempo e em um espaço determinados. Este personagem é caracterizado acima de tudo como um atuante do cenário da história. Desta forma, a expressão “leito de morte” pode ser interpretada como uma metáfora visceral que ecoa nos cadernos de Michel Adanson, os quais David Diop constrói como espaço de memória, dor e revelação. Também significa uma dor que Adanson testemunha e registra em seus escritos íntimos. Diop, como pesquisador da literatura do século XVIII que é, insere essa expressão de forma sutil, mas contundente, ao mostrar que o saber europeu coexistia com a violência colonial.

Nesse sentido, a morte de Michel Adanson é chave narrativa que nos permite reimaginar a história a partir das margens, desafiando os discursos dominantes e propondo uma escuta mais sensível e ética do passado. Os cadernos, por sua vez, são diários que contêm a história e, além de representarem a memória do personagem, podem ser vistos como uma tentativa de reler a memória oficial e nos fazer imaginar uma história a contrapelo (Benjamin, 1994), dando forma e ordem ao fluxo de consciência e guardando parte da história crítica do período colonial e do povo senegalês. Assim, os cadernos funcionam como um elemento central para a construção da narrativa e do personagem Michel Adanson, atuando tanto como um imaginário fundamental sobre a história do Senegal, quanto sobre as consequências da colonização francesa.

2.4 Para além da história oficial: os cadernos e as vivências, os deslocamentos e as memórias de Adanson em Senegal

Para além da relação com a família e a vida na França, através dos diários de Adanson, o leitor acompanha a personagem e sua viagem ao Senegal. No início de sua jornada, ele vê a região como um campo fértil para a investigação natural, um lugar onde poderia observar, coletar, dissecar, descrever e classificar um enorme número de espécies da flora e fauna. Assim, olha o Senegal como um cientista europeu imperialista olhava, isto é, como um local para explorar a natureza, coletar amostras e identificar espécies desconhecidas na Europa. Como vimos, tal aspecto da personagem tem semelhanças com a figura histórica homônima na qual David Diop se inspira.

De tal modo, Michel chega ao país com o objetivo de estudar a flora e a fauna locais, interessado em fazer descobertas, coletar informações para sua carreira, que ele pretendia ser de sucesso. Sua visão é mais voltada para a ciência e a curiosidade intelectual, e ele ainda não tem uma compreensão profunda ou afetiva sobre a cultura, as pessoas ou a história do

Senegal. Essa perspectiva inicial é distante e objetiva, refletindo a postura de um explorador europeu que busca conhecimento, muitas vezes sem considerar completamente o impacto de suas ações ou a complexidade da sociedade local.

Mas na medida em que caminha como cientista à procura de seus objetos, o explorador deixa marcas significativas, tanto em termos científicos quanto humanos. Suas vivências no território senegalês vão paulatinamente se tornando complexas, tanto em razão dos deslocamentos geográficos quanto em razão das experiências culturais pelas quais passa. A partir de um olhar global sobre o romance de Diop, podemos organizar sua experiência em três dimensões principais: vivências, deslocamentos e memórias.

Adanson chega ao Senegal em 1749, como parte de uma missão científica francesa, interessada em catalogar a diversidade natural da região. Durante sua estadia, ele interage com comunidades locais, observando suas práticas agrícolas, costumes e formas de organização social. Registra saberes tradicionais, demonstra respeito pelo conhecimento dos povos locais, diferentemente de outros colonizadores de seu tempo, que frequentemente desconsideravam essas culturas. Envolve-se em trabalho de campo intenso, enfrentando condições climáticas adversas, doenças tropicais e limitações logísticas, o que demonstra sua persistência e dedicação científica. Adanson não permanece fixo em uma única região do Senegal.

Seus deslocamentos incluem incursões ao interior do país para estudar diferentes ecossistemas, rios, savanas e florestas. Também são realizados deslocamentos entre postos coloniais e vilarejos locais, o que possibilita a observação direta de múltiplos contextos socioculturais. Tais percursos, muitas vezes, revelam-se longos e perigosos, refletindo o desafio da exploração científica na época e sua busca por documentação detalhada. Podemos considerar que esses deslocamentos não são apenas físicos, mas também intelectuais, pois permitem que Adanson construa uma compreensão sistemática da biodiversidade e das relações humanas no Senegal.

Tais experiências são registradas por Michel em seus diários e cadernos. Ele produz uma vasta documentação etnográfica e naturalista, com descrições de plantas, animais e práticas humanas. À medida que adentra o território e vive diferentes experiências com as populações locais, seu olhar científico colonial vai paulatinamente assumindo um tom crítico, como revelam suas memórias de 50 anos depois, contidas nos cadernos encontrados por Aglaé. Assim, até o final da narrativa o leitor vai observar, ainda que de modo inconstante e incoerente, seu olhar empático e curioso, interessado em compreender o Senegal em sua própria lógica, sem reduzir a realidade local a estereótipos coloniais, ainda que não consiga

fugir disso totalmente. Isso se deve sobretudo ao convívio com Ndiak e à sua paixão inesperada por Maram Seck, a qual ele vem a conhecer em contexto de escravização.

São tais vivências que tornam a representação da personagem francesa mais complexa em *A porta da viagem sem retorno*. Ao longo da obra, vê-se a forma como o autor apresenta e interpreta as relações metrópole versus colônia, colonizador versus colonizado. Esse ponto de vista afeta a maneira como o leitor compreende a história e as personagens. De tal modo, a relação de Michel Adanson com outros personagens franceses apresenta-se complexa e multifacetada, envolvendo tanto a figura histórica que serve de inspiração, quanto as representações e contradições que o autor cria. Adanson é apresentado como um agente ativo na colonização, representando o lado francês na história da ocupação do Senegal, mas também como um homem apaixonado por uma mulher africana, que, após sofrer violência sexual por parte de seu tio, Baba Seck, será entregue pelo parente a colonizadores franceses, em troca de uma arma. Ao perseguir os passos dessa mulher desde o norte do Senegal, até o sul do país, no calabouço da escravidão na ilha de Gorée, ou a fuga e a trama vingativa tanto em relação ao tio quanto em relação aos colonizadores, o olhar e os afetos de Michel se transmutam. E essa metamorfose distancia a narrativa de Diop de abordagens simplórias ou maniqueístas, desafiando, por sua vez, o olhar do leitor.

Nesse contexto, o encontro entre Michel Adanson e Ndiak e, depois, com Maram Seck, é um evento central na narrativa. Maram, jovem da etnia Wolof, e Adanson se encontram no Senegal sob pretexto de uma expedição botânica. Este encontro é crucial porque Maram, que se rebela contra a sua condição de escravizada, influencia, juntamente com a convivência com o menino príncipe Waalo, a visão de mundo de Adanson, mudando o curso da sua jornada e da sua compreensão de mundo.

Nota-se que este encontro é marcado pela diferença cultural e pela mudança de perspectiva. Michel começa a olhar para o mundo de forma diferente, influenciado pela sabedoria e pelos conhecimentos de Maram. Ele é impactado pela visão de mundo de Maram, que lhe mostra um conhecimento profundo da natureza e das plantas africanas. O fato de que os dois personagens se encontram num espaço simboliza a mudança de perspectiva de Adanson, que passa a questionar a visão eurocêntrica da ciência e a admitir a diversidade cultural e a sabedoria dos povos locais. A vida de Adanson é, portanto, transformada ao conhecer a resistência e força interior de Ndiak e de Maram, mesmo diante da crueldade do tráfico e da escravização.

A narrativa escrita por David Diop ambienta a vida desses dois personagens, Michel Adanson e Maram Seck, de modo a representar diferentes universos culturais. A relação entre eles revela-se complexa. Ela é um ponto de encontro entre duas visões de mundo, entre o colonizador e o colonizado: Michel Adanson simboliza o conquistador europeu, enquanto Maram representa a mulher negra senegalesa, sobrinha do rei de Waalo, não protegida por sua comunidade étnica. O romance também explora o embate entre o mundo europeu e o africano. A relação de amor entre Michel e Maram Seck não é, assim, apenas um encontro de corpos, mas também de mundos, resultando em um encontro que reflete a tragédia da colonização e da escravidão.

É possível afirmar, então, que Adanson não mudará o destino de Maram, não terá força e agência no que se refere às ações e aos efeitos práticos da escravidão. Não obstante, Maram, a sua existência e a sua agência, terão um impacto poderoso na vida e nas memórias no cientista francês, como os cadernos revelarão após a sua morte. Como dissemos, Michel Adanson chega ao Senegal com o objetivo de estudar a flora e a fauna locais, mas ao longo da história ele passa por uma profunda transformação emocional e intelectual. Isso se deve à presença de Maram Seck, que representa a cultura, a história e a resistência do povo senegalês. Para Adanson, ela, como também Ndiak, atua como uma guia, uma fonte de conhecimento e uma conexão com as raízes e tradições locais, ajudando o botânico a compreender a complexidade da sociedade africana e os efeitos da colonização.

Através do encontro com os dois jovens do reino de Waalo, Michel Adanson passa a refletir mais profundamente sobre suas ações, suas convicções e o impacto do imperialismo. Essa interação o leva a questionar suas próprias ideias e a desenvolver uma maior sensibilidade quanto às experiências e aos sofrimentos do povo africano. Assim, a narrativa revela que as transformações de Michel Adanson, ainda que não surtam efeitos práticos quando de seu retorno para a metrópole francesa, não acontecem apenas por suas próprias experiências científico-coloniais. Mas, muito mais pela convivência com Ndiak e com Maram Seck. Essas relações são fundamentais para que ele revise criticamente suas ações colonizatórias, pois, durante sua permanência, Adanson presencia conflitos, perdas e o impacto da colonização na vida dos povos locais, o que o leva a refletir sobre as injustiças e a complexidade das relações de poder. Essas experiências o fazem questionar, portanto, suas próprias convicções e o papel do colonizador, promovendo uma mudança interna que o torna mais consciente das consequências de suas ações e do sofrimento alheio.

CAPÍTULO III – MARAM SECK E A DUPLA LUTA DO REINO WAALO

3.1 O núcleo familiar africano no romance de Diop: culturas, línguas e reinos na trama colonial

Como dissemos no capítulo anterior, o romance de David Diop se inicia com o cenário francês, em que o leitor toma conhecimento do núcleo familiar de Michel Adanson, que já se encontra idoso e acamado. Esse núcleo se forma após o retorno do botânico de Senegal, quando, por volta dos anos 1760, ele se casa com Janne Bénard, que se tornará mãe de Aglaé. A filha, por sua vez, se casará com Joseph de Lespinnasse e, depois, com Jean-Baptiste Doumet, com quem terá dois filhos, Émille e Anachasis. Instalando-se no castelo de Balaine, adquirido graças à ajuda financeira do segundo marido de sua mãe, Antoine Gérard de Bousson, Aglaé cuidará do pai em seus últimos dias de vida, tempo em que ambos se reaproximarão como nunca. É ainda no leito de morte que a filha escuta do pai, pela primeira vez, um nome que lhe soa estranho:

Indiferente ao cheiro amargo de sua transpiração, Aglaé se debruçou sobre ele como teria feito com uma flor espantosamente murcha. Ela tentava falar com ele. Observava muito de perto seus lábios se mexerem, distorcidos pela passagem de uma série de sílabas que ele balbuciava. Espremeu os lábios e deixou escapar por entre eles como que um grunhido. Num primeiro momento, pensou que ele dizia “Mamãe”, mas na verdade era algo como “Ma Aram” ou “Ma-ram”. Ele repetia sem trégua, até o fim. Maram. (Diop, 2021, p. 12)

A ausência de clareza na voz moribunda vai ganhar força paulatinamente na narrativa, tornando-se o grande foco do romance a partir do capítulo XX. Maram, a palavra balbuciada, mas não compreendida, vai ganhar existência na medida em que os cadernos de memórias se manifestarem para a filha. Ao encontrá-los e se colocar diante deles num exercício de escuta, ela e o leitor ficarão sabendo que as recordações têm como leitor ideal Aglaé. Também ficarão sabendo, até o final da leitura, que a escrita se apresenta como uma tentativa, à qual a história oficial não foi capaz de atender, de compreensão do passado e dos anos que o cientista esteve no Senegal, como se nota no trecho: “minha história não é aquela que você leu na publicação do meu relato de viagem” (Diop, 2021, p. 47). A partir do capítulo XI, iniciam-se as memórias do Senegal. Todavia, as recordações não são narradas em tempo linear.

Michel está com dois anos de excursão pelo território da África ocidental. Nesse ponto, nota-se um dos momentos em que ele dirige um olhar crítico ao projeto colonial:

Nós somos frutos de nossa educação e, como todos aqueles que me descreveram a ordem do mundo, acreditei de boa-fé que o que me explicaram sobre a selvageria dos negros era verdade. Por que eu duvidaria da palavra de mestres que eu respeitava, sendo eles próprios herdeiros de mestres que lhes asseguraram que os negros eram incultos e cruéis? (Diop, 2021, p. 52)

O trecho, que toma duas páginas do romance, insinua-se como semelhante à reflexão que outro Michel, de Montaigne, produz em seu ensaio “Dos canibais” (2010), conforme se nota mais nitidamente no trecho a seguir do romance:

Que os negros tenham construído navios para virem nos reduzir à escravidão e se apropriar de nossas terras na Europa também não me parece ser uma prova de inferioridade, mas de sabedoria. Como se vangloriar de ter concebido esses navios que os transportam em milhões para as Américas em nome do nosso gosto insaciável pelo açúcar? Os negros não tomam a avidez por virtude, como nós fazemos, e sem mesmo pensar sobre isso, tanto que consideramos nossas ações naturais. Eles também não pensam, como Descartes nos convenceu a fazer, que devemos nos tornar mestres e possuidores de toda natureza. (Diop, 2021, p. 53)

Já no ensaio de Montaigne (2010, p. 103), filósofo e ensaísta que é inclusive mencionado do romance de Diop, pode-se lê o seguinte:

Mas, voltando ao assunto, não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela ideia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito. A essa gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto.

O posicionamento crítico de Michel Adanson, alinhado em parte ao de Michel de Montaigne, nasce, como dissemos, das vivências com Ndiak e, mais tarde, com Maram Seck, cujas memórias emergem de fato no capítulo XII do romance. Neste ponto, ela é inicialmente citada como a retornada e quem fala sobre ela é Baba Seck, seu tio. Ao visitar a aldeia Waalo, no povoado de Sor, situada ao norte de Senegal, conforme a cartografia do romance, e

escondida entre uma vegetação que foi propositalmente cultivada para proteger a população contra os colonizadores franceses, Adanson, em companhia de Ndiak, escuta da boca do chefe do povoado o relato sobre uma menina que teria sido sequestrada há 3 anos da aldeia, por não se sabe quem. Depois de muito procurar em toda a região, o tio relata que decidiram fazer um velório simbólico e prosseguir com a vida.

É nesse ponto da narrativa que o leitor passa a conhecer o núcleo familiar africano do reino Waalo, cujo rei é Ndiaj Aram Bocar, pai de Ndiak, que tem por mãe Mapenda Fall. É o próprio rei que entrega o filho príncipe ao diretor geral da Concessão do Senegal, Estoupan de La Brüe, para acompanhar Adanson em suas missões. Também entrega dois guerreiros Waalo, Seydou Gádio e Ngagne Bass, que se tornarão mercenários, escravocratas e vigilantes a serviço dos franceses, embora desejem retornar aos seus ofícios de guerreiros no reino. O príncipe é cedido ao francês em razão de não poder ascender na hierarquia real, como Adanson registra em suas memórias: “Foi porque ele não era nada na ordem de sucessão do reino do Waalo que seu pai aceitara que Ndiak deixasse sua corte, em Nder, para me acompanhar a pedido do senhor de la Brüe. Apenas os sobrinhos maternos do rei podiam se tornar reis” (Diop, 2021, p. 55).

Ainda nesse núcleo, isto é, do reino Waalo, encontra-se o grupo ligado a Baba Seck, que é descrito inicialmente como “um homem de uns cinquenta anos, alto, corpulento, afável e com uma autoridade natural sobre seus aldeões, seus súditos, reforçada por sua eloquência” (Diop. 2021, p. 58). O chefe de Sor é pai de Galaye, Ndiogou, Sagar e Fama Seck. É também, como dissemos, tio materno de Maram Seck, que vive sob seus cuidados, desde o abrupto desaparecimento dos pais, Faty Seck e Bocum Seck. À medida que a trama se desenvolve, o leitor passa a inferir que Baba pode ter sido um dos responsáveis por tal desaparecimento, em razão de interesses políticos dentro da hierarquia e influência Waalo. Assim, o homem descrito inicialmente por Adanson como sábio, comedido, espirituoso, vai, mais adiante, revelar outra personalidade, que só conheceremos por meio dos cadernos de memórias do francês e do sistema de escuta intergeracional envolvido em seus cadernos: Aglaé recebe de Adanson, mas o naturalista também recebe relatos de muitas pessoas no Senegal, seja do lado da colonização francesa, seja entre os diferentes povoados e reinos do Senegal, ao norte e ao sul. Isso faz com que a narrativa do romance oscile entre a primeira e a terceira pessoa.

Estando na aldeia de Sor, em uma noite estrela, em momento em que a comunidade se reúne para contar e ouvir contos, anedotas e batalhas verbais, Baba Seck decide compartilhar com os visitantes, isto é, Ndiak e Adanson, a história dessa sobrinha, até então desaparecida e

que ele estaria disposto a comprar de volta. Ele a descreve da seguinte forma (Diop, 2021, p. 59-60): “Maram era como você, Michel, ela adorava a solidão. Desde pequenina, conversava com as plantas e os animais. Conhecia os segredos da mata e nós não entendemos como ela, que nos ouvia chegar de longe, que sabia ler os sinais, pôde se deixar surpreender”.

O mistério do desaparecimento começa a se transformar quando, após três anos, chega à aldeia de Sor um personagem de nome Senghane Faye, que se apresenta como mensageiro de Maram Seck e informa ao povoado que ela se refugiou em Ben, situado ao sul, não muito longe de Gorée e pertencente ao reino de Kayor. Além da notícia, Maram manda comunicar que nunca mais voltaria e ordena que ninguém a procure, sob risco de enfrentarem um grande infortúnio. Na ocasião, Baba Seck insiste em saber detalhes da localização da sobrinha. Diante dessa narrativa, Michel Adanson decide, juntamente com Ndiak, seguir o caminho a pé, em direção a Cabo Verde, saindo do Norte para o Sul do território, com o objetivo de encontrar a retornada, mas sob pretexto oficial, apresentado ao diretor da Concessão do Senegal, Estoupan de la Brüe, de coletar informações sobre produtos potencialmente lucrativos e sobre os povos da região, dos quais os ingleses estariam se aproximando para estabelecer comércio. Na comitiva em direção a Ben, estão também seis homens Waalo, incluindo os guerreiros Seydou Gádio e Ngagne Bass, enviados como protetores do botânico, mas, sobretudo, como espões do diretor.

A caminhada em direção a Maram Seck, dar-se-á por terra: “Deixamos Saint-Louis no início de 2 de setembro de 1752 [...]. Seguimos pela estrada que liga Saint-Louis à península do Cabo Verde” (Diop, 2021, p. 73). O percurso revelará aspectos da paisagem e, sobretudo, acerca das culturas dos povos ao Norte e ao Sul. Mas também serão notáveis as consequências visíveis da colonização e da escravidão, como no fragmento em que o naturalista francês se refere aos reis senegaleses: “Entre eles também há seres gananciosos prestes a se enriquecer às custas dos outros, a pilhar, massacrar por ouro. Penso em seus reis que, como os nossos, [...] não hesitam em favorecer a escravidão para ganhar poder ou se manter nele” (Diop, 2021, p. 54).

Como dizíamos no capítulo anterior, David Diop não apresenta uma narrativa calcada em maniqueísmos. Ao refletir sobre a riqueza da língua e da cultura wolof, Adanson insere também um olhar crítico sobre os modos como líderes políticos locais se aliaram ao projeto colonial. Assim, se por um lado as recordações do cientista nos colocam diante de toda a riqueza cultural e humana dos povos senegaleses, elas também nos farão olhar para as tramas políticas que se vão tecer no seio das aldeias e dos reinos. Em sua trajetória, ao passar por

diferentes reinos (do Waalo ao Kayor), povoados e regiões, como Saint-Louis, Nder, Sor, Ben, Meckhé, Ndiébène, Tiari, Lampul, a trama cultural e política vai sendo tecida na confluência histórica da colonização e da escravidão, que impactam brutalmente essas localidades e geram lucros aos colonizadores, como descreve Adanson: “negócios da Companhia do Rei, que naquela época ganhava em média, por ano, de três a quatro milhões de libras graças à escravidão” (Diop, 2021, p. 67). Esses horrores da escravidão podem também ser notados no seguinte excerto:

À noite, quando não parávamos em uma aldeia, nossos carregadores montavam um acampamento seriamente protegido por nossos seis guerreiros Waalo-Waalo, como Ndiak. Pois nossa rota era bela e apaixonante para minhas pesquisas de naturalista, mas era também perigosa. Nós logo percebemos pelo assombro dos camponeses, que corriam para minhas se refugiar na mata quando nos aproximávamos. Ao nos verem armados com rifles, pensavam que éramos caçadores de escravos e que praticávamos o *moyâl*, a razia, como os guerreiros mercenários do rei de Kayor ou aqueles de seu vizinho mais oriental, o reino de Djolof. (Diop, 2021, p. 76)

Nota-se, mais uma vez, que as memórias da Adanson incluem tanto um olhar crítico sobre a Europa e o imperialismo quanto sobre a trama política local. Do povoado de Lompoul, o naturalista guarda a memória de uma criança com a qual ele brincara, e, cinquenta anos depois, ele se pergunta sobre o destino dela: “essa criança cujo nome de repente me volta à memória, Makhou, talvez tenha sido sequestrada durante o período de conturbações que atingiram a região da aldeia de Lompoul após minha viagem ao Senegal” (Diop, 2021, p. 81). Destaca-se a memória do nome da criança, resgatado, como o de Maram, Ndiak e outros, do apagamento histórico, do silenciamento que atualiza no tempo a violência da colonização.

Os conflitos entre reinos, acirrados pelo sistema colonizatório e escravagista, estão disseminados em todo o percurso memorialístico traçado por Adanson em seus cadernos. Ele menciona, por exemplo, uma batalha entre o rei Waalo, Ndiaj Aram Bocar, e o rei de Kayor, que ele intitula batalha contra Ndob, aldeia situada na região costeira de Ndiébène. Tendo sido derrotado, o rei do Kayor é deposto e, em seu lugar, assume Mam Bathio. Todavia, a eleição também envolve uma trama política: “Mam Bathio foi eleito rei [...] por um colégio de sete sábios reunidos [...]. Mas, na realidade, [...] sua escolha como *damel* de Kayor havia sido imposta, por debaixo dos panos, pelo rei de Waalo, o pai de Ndiak” (Diop, 2021, p. 84). Ao se dar conta da cena política marcada por jogos de poder e interesses pessoais em detrimento de interesse das populações locais, Adanson reflete sobre o papel dos reinos na Europa e na África: “por onde quer que os homens assumam o poder, eles sempre encontram estratégias

para inspirar nos seus inferiores uma crença sagrada. Associada à sua supremacia, o terror que eles inspiram é proporcional ao medo que têm de perder dominação” (Diop, 2021, p. 96).

Para além do horror e dos jogos de poder entre homens, tema ao qual voltaremos mais adiante, o viajante francês vai se deparar tanto com locais de resistência política quanto com a riqueza cultural e linguística, como dizíamos. Nesse sentido, vale nos atentarmos ao papel desempenhado no romance pelo vilarejo de nome Pir Gourèye. O local é mencionado poucas vezes nos cadernos de Michel, mas cumpre função relevante. Descrita como uma aldeia rebelde e de refúgio para súditos de outros reinos que não concordam com seus reis e que reprovam a aliança comercial com escravocratas, Pir Gourèye é liderada por um *marabout*³ que critica o não cumprimento de regras do Islã. Além disso, Adanson relata que

O mais grave para os últimos reis de Kayor [...] era que seus súditos livres, quando temiam ser reduzidos à escravidão por guerreiros de Kayor, tão pagãos quanto seus mestres, corriam para se refugiar em Pir Gourèye. Lá eles se tornavam *talibés*, discípulos do grande *marabout*. Em troca de sua proteção e de seu ensinamento dos verdadeiros preceitos do Islã, os camponeses refugiados cultivavam seus campos. (Diop, 2021, p. 106)

Mais adiante, o povoado de Pir Gourèye voltará a ganhar algum destaque nas memórias do naturalista porque é para lá que Ndiak irá ao tomar consciência crítica da liderança política de seu pai, abandonando o reino Waalo e se juntando ao *marabout*: “Irei a [...] Pir Gourèye. Lá estudarei o livro sagrado do Corão para tentar alcançar a sabedoria. É o único lugar neste país onde a venda e a compra de escravos são proibidas. Em Pir Gourèye, um cavalo não custa a liberdade de jovens homens e jovens mulheres” (Diop, 2021, p. 222).

No que diz respeito à experiência de imersão científica e cultural de Adanson, suas memórias permitem ao leitor compreender, dentre outros aspectos, que os conhecimentos originados por viajantes que se deslocaram para o Novo Mundo e difundidos na Europa como científicos, têm como fonte, na verdade, boa parte das populações locais. Isso se dá, de modo especial, por intermédio de Ndiak e Maram Seck. Logo no início do percurso entre Saint-Louis e a península de Cabo Verde, Michel dá um exemplo que nos permite imaginar como se deu a construção de seus conhecimentos sobre Senegal:

Ndiak não se mostrava menos paciente do que eu. Eu o ensinara os métodos de história natural mais ou menos na idade que eu mesmo tinha quando me apaixonei por ela [...]. Meu jovem amigo estava sempre chamando minha atenção para o que lhe parecia interessante que eu observasse, que eu

³ O termo, em contexto local, pode significar o guia religioso, o curandeiro ou, menos usualmente, o feiticeiro.

desenhasse e que podia ter me escapado. Foi ele quem percebeu, no meio de uma pequena extensão de água profunda [...], uma planta incrivelmente bela conhecida pelo nome de *Cadelari*. [...] Ele previra que eu teria toda a dificuldade do mundo para colher aquela planta aquática que me era inacessível. Eu não sabia nadar e não queria me molhar. [...] a planta estava a cerca de vinte toesas de nós. [...] montado nos ombros de um de nossos carregadores, [...] que afundou na água até o pescoço quando estávamos apenas a meio caminho da minha planta. Ele era corajoso e não parou de caminhar mesmo com a cabeça debaixo d'água. Eu mesmo estava submerso até a metade do meu corpo quando consegui agarrar com a ponta dos dedos o *Cadelari*. Ocupado em colhê-la delicadamente, esqueci que meu Bambara, que se chamava Kélitigui, devia estar começando a ficar sem ar [...] (Diop, 2021, p. p. 74-75)

No romance, a relação entre o grupo de homens que perfazem a travessia entre o Norte e o Sul do território evidencia a construção compartilhada de conhecimentos, com protagonismo para os sujeitos autóctones. Adanson repassa ao príncipe Waalo o seu método científico, mas é Ndiak quem tem o olhar atento para indicar ao europeu onde estão as espécies. Também é o corpo de Kélitigui⁴ – homem Bambara a quem Adanson emprega o possessivo “meu” e que compara com uma força da natureza e um ser anfíbio dotado de guelras (p. 75) – que sustenta nas águas o corpo do francês (que não sabe nadar), permitindo que ele alcance seu objeto de pesquisa.

De modo semelhante, esse processo se reproduz quando se dá, mais adiante, o encontro com Maram Seck. Conhecedora da floresta de Sor e de suas propriedades naturais e sobrenaturais desde a infância, Maram vai encontrar na floresta um espaço de proteção em relação ao seu contexto familiar, como veremos adiante, e também um espaço de cura e de encontro entre o natural e o sobrenatural. Ao narrar a Michel sua vida, ela apresenta o mundo de saberes e de conhecimentos que daí se descortina:

No início, a floresta me assustava tanto quanto meu tio, mas ela acabou se tornando meu refúgio, minha família. De tanto percorrê-la em todos os sentidos, observá-la, espiar os animais que a povoam, eu mesma sendo um deles, aprendi as virtudes de muitas plantas. A maior parte do conhecimento que hoje me serve nas minhas atribuições de curandeira [...] foi proveniente dos três anos em que eu voltava para a concessão do meu tio apenas ao entardecer.

[...]

Eu ainda era uma criança, mas muitos começaram a me pedir para trazer ervas ou flores cujas virtudes de cura desse ou daquele mal específico eles me explicavam rapidamente, seja porque haviam observado, seja porque seus pais lhes haviam ensinado. E logo, reunindo todos esses saberes

⁴ Destaca-se que há um exercício por parte de David Diop de registrar os nomes das personagens senegalesas, o que não era comum, como sabemos, nos relatos naturalistas dos anos coloniais.

dispersos que eles me comunicavam de boa vontade, tornei-me muito instruída. (Diop, 2021, p. 132)

Do relato de Maram, podemos contrastar os modos como o naturalista e a Europa imperialista se relaciona com os saberes e com a natureza, embora Adanson vá rever suas concepções ao final de sua vida:

Apesar do meu cartesianismo, da minha fé na onipotência da razão, tal como celebrada pelos filósofos cujos ideais eu compartilhava, agrada-me imaginar que mulheres e homens nesta Terra saibam falar com as árvores e lhes pedir perdão antes de cortá-las. As árvores são bem vivas, como nós, e se é verdade que devemos nos tornar mestres e possuidores da natureza, deveríamos ter escrúpulos ao explorá-la sem considerações por ela.

[...]

Das florestas de ébano que ocupavam as sessenta léguas da costa que separam a península do Cabo Verde da ilha de Saint-Louis, restam apenas pouquíssimas espécies. Derrubas em grandes quantidades pelos europeus durante os dois séculos que precederam minha viagem ao Senegal, elas agora embelezam a marchetaria de nossas mesas de trabalho, nossos gabinetes de curiosidades e as teclas de nossos cravos. Eles se mostram ou se escondem nos coros de nossas catedrais [...]. (Diop, 2021, p. 87-88)

Enquanto Maram constrói a experiência como parte de sua cultura e de sua vinculação comunitária, Adanson encontra na ciência uma forma de glória e de fama, como ele mesmo assume. É, aliás, sua obsessão pela ciência que o distanciará do seu núcleo familiar. Não obstante, ainda que ao final de sua vida, o naturalista reconhecerá que os valores da floresta para os povos locais se distanciam de sua concepção. Assim, notará que os saberes dos povos autóctones da África ocidental são construídos coletivamente, considerando o conhecimento herdado e transmitido oralmente.

A vivência *in loco* e a demonstração prática dos saberes é que validam, no espaço comunitário, a instrução. Ao curar, por exemplo, uma prima de uma crise de verminoses, em Sor, ou a filha de Senghane Faye, em Ben, a personagem vai se vinculando à ancestralidade, à tradição, à comunidade, e vai ganhando prestígio, embora a ciência iluminista, cartesiana, jamais reconheça que tais saberes, tidos como práticas de povos selvagens, primitivos, bárbaros, alimentaram bibliotecas inteiras na Europa. Importante notar que, de acordo como o código Waalo, a floresta é um espaço interditado para as crianças, mas os feitos desencadeados pela menina Maram serão aceitos e validados como forma de concessão.

A floresta será também o abrigo espiritual de Maram, a qual a ligará a um processo de resistência duplo, tanto em relação às violências patriarcais internas, quanto em relação à colonização, como veremos adiante. É aos espíritos da floresta e a seu *rab*, seu espírito

protetor que tomará a forma de uma serpente, que ela sempre irá recorrer na tentativa de proteger sua liberdade, seu corpo, sua vida, como ela descreve: “Meu *rab* [...] era uma enorme jiboia. Ele se mostrara a mim em sonho bem antes do tempo previsto. Minha iniciação não havia terminado, eu tinha apenas dezesseis anos, mas era a coisa mais importante que lhe restava a me oferecer” (Diop, 2021, p. 143).

Por fim, outro elemento cultural dos povos senegaleses que se destacará nos cadernos de Michel Adanson, além dos dançarinos Laobés que presencia no reino de Kayor durante festa de casamento, diz respeito à relação entre a língua wolof como transmissora de ancestralidade, saberes, visões de mundo e de memória. Logo no início de suas recordações, o botânico já inclui o modo como Baba Seck e outros aldeões contam suas narrativas e transmitem seus saberes, criando e fortalecendo, por meio da língua, os seus laços, o sentimento de pertença e a identidade coletiva. Adanson também não deixará de falar de seus mestres de wolof, Ndiak e Madièye, quando situa a língua como receptáculo de todos os tesouros de sua humanidade:

A língua wolof, falada pelos negros do Senegal, vale tanto quanto a nossa. Nela eles acomodam todos os tesouros de sua humanidade: a crença na hospitalidade, a fraternidade, suas poesias, sua história, seus conhecimentos de plantas, seus provérbios e sua filosofia de mundo. Sua língua foi a chave que me permitiu compreender que os negros cultivaram outras riquezas para além daquelas que perseguimos empoleirados em nossos navios. Essas riquezas são imateriais. Mas, ao escrever isso, não quero dizer que os negros do Senegal são feitos de um modo diferente de toda a humanidade. Eles não são menos homens do que nós. Como todos os seres humanos, seus corações e espíritos podem ter sede de glória e riqueza. (Diop, 2021, p. 54)

É a partir da língua que vai se descortinar para Michel outra concepção de mundo. Repare-se que não há indício, no romance de Diop, de uma imposição do francês aos povos autóctones, sendo o estrangeiro que se coloca como aprendiz da língua e da forma de ver o mundo que somente a experiência viva e imersiva da língua poderia proporcionar. Não obstante, em razão do uso do francês em seus cadernos de memória, Michel se depara com um problema de tradução cultural e afetiva:

para mim, o wolof, que já me parecia uma língua maravilhosamente terna, ficava sublime na boca de Maram.
Eu havia chegado a um ponto em que perdi de vista meu francês. Estava imerso em outro mundo, e a tradução das palavras de Maram em meus cadernos, minha querida Aglaé, não pode refletir os lampejos de cumplicidade que ela gerava. Talvez eu tenha sonhado que Maram falava

comigo numa língua única, destinada somente a mim, que não era a língua da mera comunicação de sua história a uma pessoa qualquer.

[...] posso assegurar-lhe que se a minha tradução de suas palavras não é exata, é porque eu as acompanho em todas as emoções contraditórias que provocam em mim ainda hoje. Digo-lhe também que há no wolof uma concisão que o francês não tem, e que, às vezes, o que Maram me dizia numa única frase marcante cuja lembrança exata consigo recuperar, vejo-me obrigado a transcrever em três ou quatro frases em francês. (Diop, 2021, p. 155-156)

Há um nítido conflito entre uma língua como função referencial, como veículo objetivo de comunicação, e língua como função emotiva. O wolof é a língua dos afetos, é a língua de uma memória que o simples e prepotente relato objetivo não conseguiria dar conta, conter. O assombro diante dos próprios sentimentos, a ausência de uma língua capaz de fazer ressoar a narrativa historicamente silenciada de Maram Seck, encontra apenas nos cadernos de memória (e, para o leitor, no romance) um espaço minimamente seguro para o compartilhamento daquilo que os arquivos oficiais não podem dar conta. Essa angústia da tradução se espelha nas últimas palavras ditas por Adanson e as quais Aglaé tenta entender, ao aproximar o ouvido da boca do pai: “Ma Aram”, “Ma-ram” – o nome que ressoa nos ouvidos do leitor.

3.2 A dupla jornada de Maram Seck: contra a violência patriarcal e a violência colonial

Após o percurso por paisagens, culturas e povoados, a comitiva de Michel Adanson chega à península de Cabo Verde, ao povoado de Ben, onde a voz ausente de Maram vai dar lugar a uma narrativa em primeira pessoa, quando a jovem da aldeia de Sor vai contar os fatos que outrora foram transmitidos de forma deturpada por Baba Seck. Ao atingir esse ponto dos cadernos de memória de Michel Adanson e do romance de Diop, Aglaé e o leitor estarão frente a frente com um duplo dilema que se apresenta a Maram: um dilema ético, inserido na ordem comunitária, local, familiar; outro, na ordem econômica global. Ela terá de, ainda na infância, lutar contra o assédio sexual e a tentativa de estupro e incesto cometidos pelo próprio tio Baba Seck. Terá também de lutar contra a escravidão e todas as suas formas de violência. Essa dupla luta, contra o patriarcado (senegalês e francês) e contra a violência colonial será apresentada sem subterfúgios, tendo o leitor de encarar as feridas abertas e expostas no corpo negro, africano e feminino.

O contato inicial de Adanson com a aldeia de Ben se dá sob efeito animista e marcado por um estado de saúde que inspira cuidados: o naturalista, que adoece um pouco antes de

concluir o percurso (segundo Ndiak, porque desrespeitou a tradição), não chegará ao destino com seus próprios pés. Desacordado sobre uma maca carregada por Seydou Gadio, a primeira visão que o grupo tem da aldeia em noite de lua cheia é a da silhueta de uma hiena e de um leão, cada um segurando na boca peixes colocados ali. O grupo espera até o amanhecer, quando os protetores da aldeia retornam à floresta. Na entrada da concessão, são recebidos por uma anciã, curandeira, que já os espera:

Foram recebidos na entrada da concessão por uma velha mulher que, como antecipavam suas explicações, assegurou-lhes que curaria o branco que padecia sobre uma maca, embora ela odiasse todos de sua raça. Meus dois companheiros estremeceram, pois não haviam levantado na frente dela a mortalha que me cobria por inteiro. Como ela sabia que eu era um *toubab*? Eles não se tranquilizaram com as palavras acrescentadas pela velha mulher: havia muito tempo ela sabia quem éramos e que viríamos ao seu encontro. [...] a curandeira era impressionante. Apoiada em um longo bastão revestido por um couro vermelho incrustado de búzios, ela tinha metade do rosto escondido por uma espécie de capuz talhado na pele de uma cobra de tamanho monstruoso. Além do capuz, a pele de cobra cobria seus ombros e deslizava até seus pés como um manto vivo. Estriado de uma amarelo-pálido sobre um fundo negro-azeviche, a pele tinha um aspecto oleoso e brilhante. [...] Ndiak teve a impressão de que ela era um ser indefinido, metade mulher, metade cobra.

Essa figura arraigada na tradição, cujo espírito protetor é uma serpente (figura mítica de sentido diferente da tradição judaico-cristã) é Maram Seck agindo sob disfarce. Antes de se revelar em sua identidade mais íntima para este homem branco, europeu, pertencente a uma raça que ela declara odiar, a protagonista terá de o curar. Uma cura física, certamente, mas também uma cura simbólica, que inclui, além do uso dos seus conhecimentos sobre a floresta e os espíritos, a fala e a escuta. A cura virá, portanto, pela audição da palavra enunciada pela boca de Maram Seck, de sua busca por repor uma verdade interdita por discursos até então masculinos.

Na cabana, isolado de seus companheiros de viagem, Adanson restará sozinho com a curandeira e uma serpente criada nesse espaço (seu *rab*), alimentada por peixes. Essa condição atual se apresenta com uma lacuna entre a narrativa contada por Baba Seck, ao Norte, em Sor, e a presença forte e poderosa desta jovem mulher, ao Sul. Dá-se, então, o momento em que Maram toma a palavra. Michel precisará testemunhar, de forma viva e atual, aquela que é, até então, apenas mencionada como uma ausente. É quando ela lhe relatará os episódios que a levam até esse ponto de sua história. Nesse momento, em que estão a sós na cabana, Adanson buscará se colocar como um homem diferente dos demais. Várias vezes ele

vai buscar negar sua vinculação ao projeto colonial francês e se colocará como um homem a serviço da ciência, entendida aqui como o progresso e a evolução da humanidade. Não obstante, Maram Seck vai o interpelar francamente e o fazer ver que ele é parte da engrenagem, incluindo a própria ciência ocidental iluminista que ele põe como um benefício humano e um saber universal superior. O trecho da conversa e a cena entre os dois se passa do seguinte modo:

Maram e eu nos sentamos de pernas cruzadas um de frente para o outro [...]. Ainda era dia na cabana e observei que as palmas de suas mãos [...] eram decoradas com desenhos geométricos. [...] Parecia-me que esses sinais contavam sua história numa escrita desconhecida que só ela sabia decifrar [...].
 – Se eu lhe revelei minha verdadeira pessoa e decidi não esconder de você – disse Maram com uma voz doce –, foi porque senti confiança. Você me parece diferente dos outros homens, tanto os da minha raça quando os da sua. (Diop, 2021, p. 130)

Embora Michel coloque tais palavras na boca de Maram, se a conversa inicial com a protagonista tiver, de fato, incluído esse trecho conforme ele o inclui em seus cadernos de memória, é preciso nos lembrarmos dos argumentos de Spivak (2014; 2022), sobretudo a partir do exemplo do ritual do *sati*, em que, equivocadamente, ao longo da história, interpretou-se que homens brancos ingleses colonizadores estariam salvando mulheres indianas de homens indianos perversos. No romance de Diop, o que o leitor verá é que brancos ou negros atentarão contra a vida e a dignidade de Maram Seck, esse corpo de escrita cifrada, com sinais que contam uma história desconhecida. Mais adiante, o botânico, após ter escutado boa parte da história da curandeira, se reconhece como um homem da raça de seus algozes: “Eu era da raça de seus opressores” (Diop, 2021, p. 154). No entanto, a pergunta que fica para o leitor, diante da história de vida de Maram, é qual raça de homem não seria opressor dela.

Estando na posição em que os dois protagonistas do romance se encontram, é preciso entender, inicialmente, como se conclui a transformação e amadurecimento de Maram como curandeira. Nesse aspecto, seu *rab* cumpre papel fundamental:

Ma-Anta era curandeira e foi ela que concluiu minha iniciação. Ela forjou a mulher que hoje sou. Explicou-me quem era meu *faru rab*, como eu deveria coabitar com ele, evitar ofendê-lo e despertar-lhe ciúmes. Ma-Anta revelou-me quais oferendas lhe dar para que permanecesse ligado a mim. Ensinou-me como cuidar de sua pele para que não perdesse suas belas cores de um preto profundo e de um amarelo-claro.
 Cheguei a esta aldeia de Ben há três estações de chuva, e a influência de Ma-Anta sobre os aldeões era tão grande que eles aceitaram a ideia de que

ela havia integrado meu corpo, abandonando o seu que se tornara velho demais. Como ela não saía mais de sua cabana, era eu que recebia no pátio da concessão, escondida sob a pele do meu totem, com rugas desenhadas no rosto, claudicante como ela, os aldeões que vinham em busca de cura. No início, eu voltava à cabana onde Ma-Anta permanecia deitada e lhe relatava com precisão as demandas dos aldeões. Ela me ensinou a escutar. Ela repetia com frequência que os primeiros remédios podem ser encontrados nas próprias palavras daqueles que expõem os sintomas de sua doença. Os extratos de plantas que ela me indicava com o dedo não teriam tido nenhum poder de cura se não tivessem sido associados a palavras que curam, pois o homem é o primeiro remédio do homem. Foi com essas palavras ternas que Ma-Anta cuidou das minhas feridas invisíveis, pois, e isto ela também me repetia sempre, é preciso curar a si mesmo antes de pretender curar os outros. (Diop, 2021, p.171-72)

Mais uma vez, o trecho do romance, agora narrado pela própria Maram, versa sobre a palavra e a escuta. Assim, a outrora menina da aldeia de Sor demonstra ter aprendido que as plantas e os animais, como entes com espírito, curam. Mas ela também aprende, com uma serpente, que a palavra pode ter esse poder. Não toda e qualquer palavra. A palavra mentirosa, a palavra violenta não pode curar, pelo contrário, ela cria feridas invisíveis. Palavra, no sentido em que a protagonista aplica, vem atrelada a um compromisso ético e a uma escuta qualificada, do cuidado recíproco. E dessa cura Maram também precisará, através de seu próprio *rab*.

Assim, ao longo do romance de David Diop, a tradição cultural ocupa um lugar central na construção da personagem, como também nas memórias de Adanson. Desde sua iniciação até o momento de sua conclusão, no povoado de Ben, a narrativa evidencia a transmissão de saberes ancestrais ligados à cura, à espiritualidade e à relação entre corpo, palavra e comunidade. De tal modo, a formação de Maram como curandeira não se limita a um aprendizado técnico, mas envolve um processo de constituição identitária, no qual a tradição molda sua visão de mundo e sua forma de existir. A figura de Ma-Anta representa a continuidade dos saberes tradicionais e reforça a importância do núcleo familiar e comunitário como espaço de preservação cultural. O ensinamento de que “o homem é o primeiro remédio do homem” revela uma concepção de cura fundamentada na escuta, na palavra e no vínculo humano. Nesse sentido, a tradição aparece como um saber vivo, transmitido oralmente e atualizado pela prática cotidiana, articulando memória individual e memória coletiva.

Maram Seck simboliza essa ligação profunda com a história e a cultura de seu povo, encarnando valores, costumes e crenças ancestrais. Ao longo da narrativa, ela se transforma em guardiã da tradição africana, transmitindo ensinamentos e mantendo viva a memória coletiva, mesmo diante das rupturas impostas pelo tempo e pelas mudanças sociais. Como

observa Mbembe (2001; 2018a), a memória torna-se um elemento fundamental para a preservação da identidade africana, funcionando como forma de resistência cultural.

As relações familiares também desempenham papel fundamental nesse processo. É no seio da família que Maram busca compreender seu lugar no mundo e refletir sobre como a história de seus ancestrais molda suas experiências. Essa busca configura uma jornada de autoconhecimento que conecta passado e presente, revelando a importância das raízes culturais na formação da identidade. Diop, assim, enfatiza que as trajetórias individuais estão intrinsecamente ligadas às narrativas coletivas de um povo marcado pela diáspora e pela violência histórica.

Mas são essas relações familiares também muito complexas. Na cabana, frente a frente Maram e Adanson, ela revela que vem foragida de uma situação de quase morte. Lembremos que o primeiro lugar em que ela precisa se refugiar é na floresta de Sor. Desde a infância, a personagem é vista como muito bela. Essa beleza atrai o olhar de Baba e desencadeia uma série de violências. Ela tem de acelerar seu processo formativo entre a infância e a adolescência. A floresta, lugar interditado para as crianças, passa a ser o local onde ela passa os dias, afastada de sua comunidade, das demais crianças e das pessoas da aldeia. Além disso, a própria tia de Maram destina a ela sua ira ao perceber o desejo do homem adulto sobre a criança.

Essa vivência na floresta, como vimos, forja em Maram Seck sua identidade como curandeira. Tal transformação trará benefícios ao tio, que, como chefe da aldeia, vê seu prestígio aumentar a cada vez que a menina intervém assertivamente na vida de alguém. Ele também não precisa mais contratar os serviços de outro curandeiro de fora da aldeia e se apropria dos presentes que Maram recebe daqueles que ela atende com os seus saberes da floresta. A despeito de tudo isso, Baba Seck não controla seus impulsos violentos e, enquanto a sobrinha se encontra na floresta, ele aproveita a ocasião para invadir o lugar até então de refúgio e cometer um crime que ninguém na aldeia poderia testemunhar:

Um dia, não saberia dizer qual, meu tio, o irmão mais velho da minha mãe, que me tinha como filha desde o desaparecimento dos meus pais, não me viu mais como uma criança. Pouco a pouco pareceu-me que ele só olhava para mim [...]. Ele me perseguia por todos os lugares na concessão [...]. Eu rapidamente entendi que estava a mercê do meu tio, prisioneira de um desejo de homem enquanto eu era apenas uma criança. (Diop, 2021, p. 130-131)

Em outro trecho, Maram descreve o episódio da violência:

não vi quando ele já estava a alguns passos de mim. Tarde demais.
 Meu tio me agarrou e apertou em seus braços. Era um homem grande e forte
 e eu não tinha
 tamanho para resistir.

[...]

Eu, prisioneira dos braços fortes do meu tio, gemia de horror. Nós tínhamos
 o mesmo sangue, carregávamos o mesmo nome. Se acontecesse o que ele
 desejava, estaríamos perdidos, ele, eu, a aldeia de Sor cujos campos e poços
 pereceriam, irremediavelmente maculados por nosso ao impuro. Não estava
 na ordem do mundo que ele fizesse de mim sua mulher. (Diop, 2021, p. 135)

A protagonista sabe que o incesto é absolutamente inadmissível dentro de seu grupo comunitário e étnico. A consequência do ato, se consumado, seria não apenas do chefe da aldeia, que praticou a violência, mas dela e de todo o povoado, que seriam condenados à morte, sem comida e sem água. A tragédia pessoal representa nesse caso uma tragédia coletiva, comunitária. O ato, no entanto, é impedido porque surgem na floresta Estoupan de la Brüe e os dois guerreiros, Seydou Gádio e Ngagne Bass, concedidos pelo rei do Waalo para proteger e acompanhar o diretor geral da Concessão do Senegal. Diante da cena de violência, o colonizador, que está caçando na floresta de Sor, rir e propõe comprar a menina como escravizada. Maram se encontra, então, diante de um beco sem saída ou de uma porta sem retorno, um ato duplo e feroz de violência patriarcal e colonial: cercada por 4 homens, sendo 3 do povo Waalo, a menina tem seu destino traçado entre o incesto, o estupro e a escravidão.

Como Spivak (2014) argumenta, não há homens brancos salvando mulheres negras de homens negros. Entregue ao francês em troca de um fuzil, ela será levada até Saint-Louis, onde será preparada por uma mulher, chamada Soukeyna, para ser estuprada por de la Brüe, antes de ser levada a Goeree e embarcada em um tumbeiro rumo à América. No entanto, com a ajuda do seu *rab*, ao ser colocada no barco entre Sain-Louis e Gorée, ela consegue usar um objeto de ferro para golpear na cabeça o seu algoz e fugir antes de ser violentada sexualmente. Ao se jogar no mar, nas proximidades da península de Cabo Verde, ela vai parar em uma floresta, onde é finalmente recebida por seu *rab* e levada até Ben.

Na aldeia, sob os cuidados de Ma-Anta, ela será orientada a não ouvir a raiva e a seguir seu destino, curada de suas feridas invisíveis. Mas Maram, após a morte de sua guia espiritual, prepara seu plano de vingança contra o tio. Ela o atrai para a aldeia, enviando o mensageiro até Sor para anunciar que ela está viva. Enquanto isso, prepara a serpente com quem divide a cabana para executar seu plano de deixar de ser presa e tornar-se predadora. A todo tempo Maram procura atuar para mudar os rumos do próprio destino, não admitindo o

papel de vítima ou de presa que seus algozes insistem em lhe atribuir, como ela afirma: “Não nasci para ser escrava de Estoub e nem de ninguém” (Diop, 2021, p. 162).

No encalço da sobrinha, Baba Seck surge quando ela está na cabana com Adanson. Ao perceber que o homem se aproxima, como não tinha percebido na primeira vez na floresta de Sor, ela ordena ao francês que permaneça imóvel e se retira da cabana. Armado com o fuzil que recebeu das mãos de Estoupan, ele ainda dispara, mas no mesmo instante tem os ossos triturados e é devorado, cena testemunhada por Michel Adanson. Baba Seck deixa de si um vestígio, que é seu rifle e que outrora fora tomado na floresta das mãos do guerreiro Waalo e entregue a Baba Seck. Esse guerreiro, agindo como mercenário da concessão francesa no Senegal, vai se deparar com esse objeto e, então, compreende que aquele monte de ossos triturados no chão é do chefe da aldeia de Sor e que aquela mulher curandeira é a menina que outrora ele vira na floresta. Perseguindo-a, ele a entende como propriedade da colônia francesa e força a sua contrerrânea se entregar, levando-a até Gorée.

Neste ponto, o romance e as memórias de Adanson passam a focar mais especificamente no tema da escravidão. O núcleo representante desse contexto imperialista francês é composto por Estoupan de la Brüe, diretor geral da concessão do Senegal, Saint-Jean, governador de Gorée, Liliot-Antoine David, governador geral da Companhia das Índias e avô de Saint-Jean. O caminho definitivo até Gorée se efetua, ainda que Adanson e Ndiak, como outros da aldeiam, tentem impedir. Nesse ponto, Michel reconhece que os homens são o infortúnio de Maram Seck: “A vida de Maram estava longe de ser propícia à eclosão imediata do amor. Devia seus infortúnios aos homens que queriam fazer dela objeto de seu prazer” (Diop, 2021, p. 192).

Em Gorée, a cena que se passa é a da tragédia própria da escravidão. Ainda que Adanson tente usar, mais uma vez, a sua voz para argumentar diante do governador da Ilha, a estrutura colonial e escravocrata se revelará em toda a sua força opressiva. Nesse ponto, Maram já não tem mais voz e é Adanson que usa a sua para revelar os espaços e a cena do calabouço:

Maram estava presa, junto com outros negros, em porões situados abaixo de sua sala de jantar. Eu estava à mercê do governador de Gorée, à mercê do seu mundo cuja força, tão poderosamente inexorável quanto a lei da atração universal, arrastava consigo corpos e almas tanto de negros como de brancos. Titubeando, subitamente desprovido de energia, atravessei a sala de jantar seguindo seus passos, sempre escoltado por seu empregado, e descemos por uma das duas escadas em forma de arco com círculos simétricos que davam no pátio interior da casa. Exatamente no centro da fachada, entre o começo das duas escadarias que levavam aos apartamentos

de Saint-Jean, de onde viemos, encontrava-se uma pesada porta de madeira reforçada com pregos enormes. Em pé ao lado dela, um guarda a abriu sob a ordem do governador. Um cheiro forte de urina chegou até mim. Tudo estava escuro. O guarda entrou e eu o ouvi correr. Ele abriu outra porta tão pesada quanto a primeira, cerca de vinte metros mais adiante, no final de um corredor margeado de um lado e de outro por calabouços trancados com enormes portões. Aquela segunda porta se abria para o mar. Uma lufada de ar fresco levou um pouco do fedor nauseabundo dos porões, cujo interior permanecia escuro apesar da luz que tentava invadi-lo. (Diop, 2021, p. 208)

Chegada a esse local de total indignidade humana, Maram percebe que ter vencido o tio não significou vencer a morte, que agora ronda sua presença no subsolo de Gorée. A ilha dos escravos, mais especificamente o calabouço, só se revela para Aglaé e para os leitores do romance porque Adanson passa a conhecê-la, testemunhando-a por fora e por dentro. Antes de chegar até o porão, ele escuta o canto entoado por marinheiros negros que se aproximam até o local de embarque e anunciam a viagem, sem retorno, ao mundo da morte em vida (Fanon, 2008; Mbembe, 2018a), ao mundo da escravidão na América:

O primeiro portão que mandaram abrir diante de mim pelo guardião da prisão deixou passar uma dezena de crianças, a maior parte nua, cuja mais velha deveria ter por volta de oito anos, e a mais nova, quatro, talvez. Elas saíam em duplas, em fila indiana, segurando na mão uma da outra, precedidas por um ou dois marinheiros e seguidas pelo outro. Elas passaram a porta. Eu as vi avançar com seus passinhos, titubeantes, provavelmente cegas pelos estilhaços de luz refletidos pelo mar. [...]. Quando chegaram ao final da ponte, parecendo tão leves quanto bonecos de pano, carregas pela axila, as crianças eram jogadas na água para se afogarem, pois o barco onde eram recebidas num nível abaixo permanecia invisível para além das últimas tábuas do atracadouro. Quando todas elas desapareceram, engolidas pelo oceano, o guarda abriu os porões das mulheres. A primeira que saiu foi Maram. (Diop, 2021, p. 209)

Diante da mulher por quem ele se apaixonara, Adanson se lança sobre o guarda e tenta impedir o embarque de Maram. Os dois correm pela ponte, entre o porão e o navio, quando o botânico constata: “Maram e eu havíamos acabado de cruzar a porta da viagem sem retorno” (Diop, 2021, p. 211). Antes de alcançar o mar, o último gesto de liberdade se encerra com um tiro de rifle dirigido a Michel, mas que acerta as costas de Maram Seck (Diop, 2021, p. 211): “Eu a vi afundar no mar e depois retornar à superfície, projetada no ar pelo movimento violento de uma onda que a levou para o alto-mar. Ela estava inerte, deitada em uma mortalha de espuma vermelha que começava a cobrir seu corpo”. Assim, o que poderia ser um final feliz, com uma marcha nupcial, é suspenso por um rito fúnebre. Mas Maram mantém nesse último gesto em vida, seu propósito de não ser escravizada ou estuprada por homem algum.

O que resta como espaço testemunhal da existência e da morte da protagonista é o espaço físico da construção na Ilha de Gorée, o calabouço em que Adanson deverá permanecer por quatro horas, como castigo imposto por Saint-Jean, antes de partir dali para Saint-Louis e de lá para a França, em 1753, onde seguirá com sua vida, sem, no entanto, esquecer o que testemunhou e registrou em seus cadernos, guardando-os, preservados como espólio de sua descendência, até a sua morte por causas naturais:

Eu me sentia mal, o calor era enorme. Um fedor pungente de urina e excrementos, certamente proveniente de todas as crianças assustadas que foram trancadas ali, subia do calabouço vizinho. Impregnado o chão de terra batida, escorrendo pelas paredes, vibrações de dores inconsoláveis, sedimentos de gritos de mulheres enlouquecidas, de crianças roubadas da mãe, de irmãos chorando por suas irmãs, de suicidas silenciosos, sufocavam-se. Eu me matinha de pé com as mãos agarradas nas grades de minha prisão para não cair no lamaçal sobre o qual meus pés descalços deslizavam. (Diop, 2021, p. 214)

Como se nota, o romance de David Diop, a partir do alicerce tradicional, passa a confrontar as rupturas provocadas pela escravidão e pela colonização. A ilha de Gorée surge como um espaço simbólico fundamental, associado à memória traumática do tráfico atlântico de seres humanos. De tal modo, o papel histórico da ilha é central em um processo de “substituição de memória”, que busca responder à invisibilização da escravidão nas narrativas oficiais (Araújo, 2018). Gorée é, portanto, construída literariamente como um palimpsesto de dor e violência, funcionando não apenas como cenário, mas como dispositivo literário de memória.

A Casa dos Escravos ou *A porta da viagem sem retorno* concentra a experiência do trauma coletivo, cruzando a memória das populações africanas sequestradas com a memória individual de Michel Adanson. A ilha transforma-se, assim, em uma geografia do trauma, onde arquitetura, mar e corpos testemunham a permanência da violência colonial (Araújo, 2010). Inserida nesse espaço marcado pela escravidão, Maram Seck confronta diretamente o legado da colonização francesa. Seu encarceramento nos calabouços de Gorée é o registro da violência física e simbólica do sistema colonial, que busca desumanizar, silenciar e subjugar os corpos negros. Como afirma Fanon (2008; 2005), o mundo colonial se estrutura a partir de uma lógica hierárquica e compartimentada, na qual o colonizado é reduzido à condição de subumano.

No romance, a violência colonial manifesta-se de forma totalizante, infiltrando-se nas instituições, na cultura e no imaginário social. Maram experimenta humilhação, medo e

impotência diante de um sistema que controla não apenas os territórios, mas também a memória histórica. Ainda assim, o espaço do cárcere, paradoxalmente, torna-se um lugar de fortalecimento da resistência, onde a memória atua como instrumento de sobrevivência e afirmação identitária.

Além da violência colonial, Maram enfrenta, como vimos, a opressão patriarcal, vivenciando uma dupla violência que atinge muitas mulheres africanas. A personagem é exposta a abusos físicos e emocionais, tanto no âmbito familiar quanto social, revelando como o colonialismo intensifica desigualdades de gênero (Spivak, 2014; Fanon, 2005; 2008). Sua violação e posterior venda como escravizada evidenciam a corrupção das estruturas tradicionais e as cumplicidades forçadas produzidas pelo sistema escravagista, conforme analisa Mbembe (2018a).

Apesar das violências sofridas, Maram Seck não é retratada como figura passiva. Seu corpo, marcado por cicatrizes e traumas, transforma-se em espaço de resistência e ação. Ao desafiar normas sociais e autoridades estabelecidas, ela afirma sua autonomia e reivindica sua voz. Nesse contexto, a tradição, antes associada a limites e imposições, é resignificada como fonte de empoderamento, permitindo que Maram transforme sua dor em força política e cultural.

A chamada “última vingança” da personagem não se expressa como um ato de retaliação física, mas como um gesto simbólico de recuperação da própria história. Ao enfrentar o passado e confrontar as estruturas coloniais, Maram reafirma seu lugar no mundo e torna-se voz de seus ancestrais. Sua trajetória sintetiza a luta contra a escravidão, a colonização e o patriarcado, revelando a memória como fundamento da resistência, da dignidade e da identidade africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral investigar as relações entre literatura, história e memória no romance *A porta da viagem sem retorno*, de David Diop, compreendendo a narrativa literária como um espaço privilegiado de elaboração crítica do passado colonial e de resignificação das experiências históricas africanas. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que a obra de Diop se inscreve no campo das literaturas africanas contemporâneas comprometidas com a reescrita do colonialismo a partir de perspectivas que confrontam as versões hegemônicas da história e restituem centralidade às memórias silenciadas dos povos africanos.

A análise do romance evidenciou que a literatura, longe de se limitar à representação estética do passado, atua como um campo de disputa simbólica e política no qual história e memória se entrelaçam de maneira complexa. Em *A porta da viagem sem retorno*, a ficção interroga o discurso histórico oficial, marcado por lacunas, apagamentos e assimetrias, propondo uma leitura crítica das narrativas coloniais francesas sobre o Senegal e, particularmente, sobre a ilha de Gorée. Como observa Paul Ricoeur (2007), a memória nunca é neutra: ela se constrói entre lembrança e esquecimento, sendo atravessada por relações de poder. Nesse sentido, a obra de Diop reafirma a literatura como um espaço de produção de conhecimento histórico e memorial, capaz de revelar dimensões subjetivas, afetivas e traumáticas frequentemente ausentes nos registros historiográficos tradicionais.

No que se refere ao primeiro objetivo específico revisitar as relações entre reinos africanos, povos tradicionais e colonizadores franceses na história da colonização do Senegal e da ilha de Gorée, a pesquisa demonstrou que David Diop reconstrói esse contexto de forma crítica e problematizadora. O romance evidencia que o encontro entre africanos e europeus não pode ser compreendido por meio de uma narrativa linear ou simplificadora, mas como um processo atravessado por conflitos, negociações, resistências e violências estruturais. Os reinos e povos tradicionais africanos são apresentados como sujeitos históricos dotados de sistemas políticos, culturais e simbólicos próprios, desconstruindo a visão colonial que os reduzia à passividade ou à ausência de civilização.

Em diversos momentos do romance, a voz narrativa sugere que a violência colonial não nasce do nada, mas se instala progressivamente por meio de práticas aparentemente banais, como a classificação, a observação e a ocupação do território. Quando o narrador afirma que “a Europa nomeia para possuir, e possuir é já uma forma de violência” (Diop,

2021, p. 59), explicita-se a crítica ao gesto colonial de dominar pelo saber e pela linguagem. Tal perspectiva dialoga com Albert Memmi (2007), para quem o colonialismo se sustenta tanto pela força material quanto pela produção de discursos que naturalizam a dominação.

A colonização francesa é retratada, no romance, como um processo profundamente violento, que desestabilizou as estruturas sociais africanas e impôs novas formas de dominação política, econômica e cultural. A ilha de Gorée emerge como um dos principais símbolos dessa violência histórica, configurando-se como um espaço de memória do tráfico atlântico de pessoas escravizadas e da desumanização sistemática dos corpos africanos. *A porta da viagem sem retorno* adquire, assim, um significado que ultrapassa sua dimensão física, tornando-se uma metáfora da ruptura irreversível provocada pela escravidão e pelo colonialismo, tanto no plano individual quanto no coletivo. Como sugere Pierre Nora (1993), os lugares de memória surgem justamente quando a memória viva se vê ameaçada, funcionando como marcos simbólicos de um passado traumático que insiste em não ser esquecido.

Ao representar Gorée como um lugar de memória, David Diop inscreve sua narrativa em um diálogo com reflexões teóricas que compreendem a memória como campo de disputa e elaboração contínua. No romance, o espaço insular concentra as marcas do trauma colonial, funcionando como elo entre passado e presente e como testemunho da violência fundadora da modernidade ocidental. A afirmação de que “cada pedra de Gorée guarda um grito que a história tentou calar” (Diop, 2021, p. 130) ilustra a maneira pela qual a literatura reanima aquilo que foi silenciado pelos discursos oficiais, aproximando-se da noção de memória coletiva formulada por Maurice Halbwachs (2006).

O segundo objetivo específico da pesquisa consistiu em analisar a representação da memória da violência colonial a partir do personagem francês Michel Adanson. Inspirado em uma figura histórica, Adanson é construído por David Diop como uma personagem ambígua, cuja trajetória evidencia as contradições internas do projeto colonial francês. Ao mesmo tempo em que se apresenta como um homem do Iluminismo, movido pela curiosidade científica e pelo desejo de catalogar a natureza e as culturas africanas, Adanson se encontra inevitavelmente inserido em um sistema colonial baseado na exploração, na hierarquização racial e na violência.

A memória da violência colonial, no romance, não se manifesta apenas por meio de ações explícitas de dominação, mas também nos silêncios, nas hesitações e nos conflitos morais que atravessam a consciência do personagem. Em determinado momento, Adanson

reconhece que “observar é já tomar partido, ainda que se pretenda a neutralidade” (Diop, 2021, p. 28), frase que problematiza o mito da objetividade científica europeia. Tal construção narrativa dialoga com as críticas pós-coloniais de Edward Said (2011), segundo as quais o saber produzido sobre o Outro colonial frequentemente legitima e sustenta relações de poder desiguais.

A memória colonial, tal como representada a partir de Adanson, revela-se fragmentada e marcada por tensões entre culpa, negação e racionalização da violência. O romance evidencia que o colonizador também é atravessado por conflitos internos, mas tais conflitos não anulam sua participação em um sistema opressor. Ao construir essa personagem de forma complexa, David Diop evita simplificações maniqueístas e propõe uma reflexão mais profunda sobre as responsabilidades históricas e morais do colonialismo europeu, aproximando-se daquilo que Achille Mbembe (2014) identifica como a necessidade de pensar o colonialismo para além de narrativas redentoras ou autojustificadoras da Europa.

O terceiro objetivo específico da dissertação consistiu em problematizar a representação da memória da violência da tradição e da colonização francesa a partir da personagem Maram Seck. A análise dessa personagem permitiu evidenciar a centralidade da experiência feminina africana na narrativa de Diop e sua importância para a construção de uma memória plural do passado colonial. Maram é apresentada como uma mulher situada na intersecção de múltiplas formas de violência: a violência colonial imposta pelo poder francês e a violência decorrente de determinadas práticas tradicionais e estruturas patriarcais.

A personagem encarna uma memória marcada pela dor, pela perda e pelo silenciamento, mas também pela resistência e pela persistência. Quando a narrativa afirma que “o corpo de Maram guarda histórias que ninguém quis escrever” (Diop, 2021, p. 120), explicita-se a dimensão corporal e íntima da memória traumática. Essa perspectiva dialoga com Gayatri Spivak (2010), sobretudo no que se refere à dificuldade histórica de escutar a voz da mulher subalternizada nos discursos dominantes. A trajetória de Maram evidencia que a experiência colonial não pode ser compreendida apenas a partir da oposição entre colonizador e colonizado, mas deve considerar as dinâmicas internas das sociedades africanas e as desigualdades de gênero que atravessam essas estruturas.

A memória da violência, no caso de Maram, assume uma dimensão profundamente subjetiva, revelando como o trauma colonial se inscreve nas relações familiares, nos afetos e nas identidades. A literatura, nesse contexto, funciona como espaço de restituição simbólica da voz feminina africana, historicamente marginalizada tanto pelos discursos coloniais quanto

por determinadas tradições sociais. Ao dar centralidade à experiência de Maram, o romance amplia o campo da memória colonial, integrando questões de gênero, identidade e resistência cultural.

De modo geral, a análise desenvolvida ao longo desta dissertação permitiu concluir que *A porta da viagem sem retorno* articula literatura, história e memória de maneira profundamente crítica e inovadora. A obra demonstra que a memória do colonialismo é múltipla, fragmentada e conflituosa, exigindo abordagens que ultrapassem os limites da historiografia tradicional. A narrativa literária surge, assim, como um espaço privilegiado para a elaboração do trauma histórico, para a recuperação de vozes silenciadas e para a problematização das heranças coloniais que ainda marcam o presente.

Conclui-se, portanto, que a literatura africana contemporânea, representada pela obra de David Diop, desempenha um papel fundamental na construção de uma memória crítica do passado colonial. Ao confrontar narrativas hegemônicas e valorizar experiências africanas, o romance contribui para a desconstrução de discursos eurocêntricos e para a afirmação de uma perspectiva histórica mais plural e inclusiva, em consonância com o pensamento de Édouard Glissant (2011) sobre a pluralidade das memórias e das histórias do mundo.

Por fim, espera-se que esta dissertação contribua para os estudos das literaturas africanas de língua francesa e para os debates interdisciplinares sobre memória, colonialismo e identidade a partir de uma abordagem crítica pós-colonial. Ao evidenciar a potência da literatura como instrumento de reflexão histórica e memorial, este trabalho aponta para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o diálogo entre narrativa literária, história e memória, especialmente no contexto das sociedades pós-coloniais africanas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luís de. **Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses**. 5. Ed. Coleção Fórum da História, N.º 3. Publicações Europa-América: Mem Martins, 2001.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe (coord.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 9. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- BARBOSA, Sidney (org.). **Tempo, espaço e utopia nas cidades**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.
- BARRY, Boubacar. **Senegâmbia**: o desafio da história regional. Tradução de Maria da Conceição P. de Almeida. Lisboa: Teorema, 1988.
- BARRY, Boubacar. La sénégalbiedu XVI^e au XVIII^e siècle: évolution des Wolof, des seereeret des tukuloor. In: **Histoire générale de l'Afrique**, V: L'Afrique du XVI^e au XVIII^e siècle. Paris Editions Présence Africaine, 1999. Vol. 5.
- BARRY, Boubacar. **Le royaume du Waalo**: Le Sénégal avant la conquête. Paris: Éditions Karthala, 2000.
- BARROS, Victor. Império, colonialismo e pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea. **Revista Estudos do Século XX**, Coimbra, n. 11, p. 303-317, 2011. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/xchwubcw3zbn3io3pjaar5fkaq>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- BECKER, Charles. **La Sénégambie dans la traite atlantique française du XVIII^e siècle**. In: SAMB, Djibril (éd.). Gorée et l'esclavage. Dakar: IFAN-CAD, 1985. p. 61–101.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNIER, Jacques. La formation territoriale du Sénégal. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 20, número 50, 1976, p. 447–477.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renata Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). História geral da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1985. v. 7: A África sob dominação colonial (1880–1935).
- BRUGIONI, Elena. Pós-colonial e decolonial. In: GALLO, Fernanda (org.). **Breve dicionário das literaturas africanas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022. p. 215–229.

CAMARA, Sory. **Gens de la parole: essai sur la condition et le rôle des griots dans la société malinké**. Paris: Karthala, 1992.

CAMARGO, Raquel. Imagens de um certo Brasil e redes de significância na tradução para o português de *Là où les tigres sont chez eux*, de Jean-Marie Blas de Roblès: emergência do exótico. **TradTerm**, v. 32, p. 138-163, 2018.

CANDIDO, Antonio (Org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. **Afrique noire précoloniale**. Paris: Présence Africaine, 1960.

DIOP, David. **A porta da viagem sem retorno**. São Paulo: Nós, 2021.

DIENG, Bassirou. **Société wolof et discours du pouvoir: analyse des récits épiques du Kayor**. Dakar: Presses Universitaires de Dakar, 1993.

FALL, Babacar. **Pouvoir et société dans le Cayor et le Baol**. Dakar: NEA, 1982.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Elnice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRO, Marc. **A história das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRACCARI, Sabrina Ferraz; SANTOS, Pedro Brum. Agosto de Rubem Fonseca: entre o romance histórico e a metaficção historiográfica. **Revista Entrelaces**, v. 13, n. 25, Jul.- Set., 2021, p. 275-294. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61197/1/2021_art_sffraccari_pbsantos.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

FONSECA, Mariana B.; DJITTÉ, Ibrahima. Casamance em lutas: identidades e resistência à colonização. In: FIOROTTI, Silas [et al.]. **Histórias e políticas em contextos africanos**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023. p. 49-68.

GUEYE, M'Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África Ocidental 1880-1914. In: _____. (Org.). **História geral da África: a África sob dominação colonial: 1880-1935**. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1985. v. 7.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar Tempo, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África**, vol. IV: A África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.

LAWRENCE, George H. M. (ed.). **Adanson**: the bicentennial of Michel Adanson's *Familles des plantes*. Pittsburgh: Hunt Botanical Library, Carnegie Institute of Technology, 1963–1964.

LE ROY, Étienne. **Encyclopédie juridique de l'Afrique**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1982.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história. Tradução de Luiz Henrique Moreira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUKÁCS, Georg. **La théorie du roman**. Paris: Denoël, 1968.

MAMDANI, Mahmood. **Ciudadano y súbdito**: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. Traducción de Isabel Vericat Nuñez. México: Siglo Veintiuno, 1998.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, 2001, p. 171-209. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizador precedido do retrato do colonizado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: prosa. São Paulo: Cultrix, 1994.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1996.

MONTAIGNE, Michel de. Dos Canibais. In: **Ensaaios**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e ordem do conhecimento**. Tradução de Ana Medeiros. Mangualde, PT; Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NIANE, Djibril Tamsir. **Soundjata ou l'épopée mandingue**. Paris: Présence Africaine, 1960.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. São Paulo: Kapulana, 2015.

OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África**. v. 5: África do século XVI ao XVII. Brasília: UNESCO; MEC; UFSCar, 2010.

RAHUL, J. et al. *Adansonia digitata* L. (baobab): a review of traditional information and taxonomic description. **Asian Pacific Journal of Tropical Biomedicine**, v. 5, Issue 1, January, 2015, p. 79-84. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S222116911530174X>. Acesso em : 27 jan. 2024.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALA-MOLINS, Louis. **Le code noir ou le calvaire de Canaan**. Paris: PUF, 1987.

SECK, Mamadou. Les Français et la traite des esclaves en Sénégal. **Revue Dix-huitième siècle**, 2012, p. 49-60.

SINOUE, Alain. **Comptoirs et villes du Sénégal**: Saint-Louis, Gorée, Dakar. Paris: Karthala, Orstom, 1993.

SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Estudo preliminar, edição crítica, tradução e notas de comentário: Aires A. Nascimento. Introdução histórica: Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SPIVAK, Gayatri C. *Crítica da razão pós-colonial: por uma história do presente fugidio*. Tradução Lucas Carpinelli. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2022.

THIOUB, Ibrahima. **Stigmates et mémoires de l'esclavage en Afrique de l'Ouest: le sang et la couleur de peau comme lignes de fracture**. Paris: FMSH, 2012. (Working Paper, n. 23).

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico: teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória (org.). **Lukács e a literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 109–139.

ENTREVISTAS E VÍDEOS COM O AUTOR

LIBRAIRIE MOLLAT. David Diop - Où s'adosse le ciel. YouTube, 24 set. 2025, 55min17s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5v-xo7x1wOQ>. Acesso em: 10 out. 2025.

LIBRAIRIE MOLLAT. David Diop - Frère d'âme - At Night All Blood is Black - Français / English. YouTube, 26 jan. 2019, 1h02min13s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CTpL9IPgbGc>. Acesso em: 10 out. 2023.

LES ARTISANS DE LA FICTION. David Diop: Le style consiste à traduire une idée. YouTube, 15 set. 2022, 18min25s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C9y8TSRYdbw>. Acesso em: 10 out. 2023.

FRANCE INTER. David Diop: L'écriture est une voix silencieuse qu'il faut faire résonner dans les esprits. YouTube, 22 ago. 2025, 9min49s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Trpp7BquFE>. Acesso em: 10 out. 2025.

FRANCE 24. Où s'adosse le ciel, de David Diop: une épopée de l'Égypte ancienne au Sénégal. YouTube, 16 out. 2025, 12min33s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uI846wx_8Wc. Acesso em: 10 nov. 2025.

FRANCE 24. Littérature-David Diop: Frère d'âme ou les pensées d'un tirailleur sénégalais. YouTube, 5 out. 2018, 2min12s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fysqmhxSh88>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POLITICS AND PROSE. David Diop — Além da Porta Sem Retorno. YouTube, 16 abr. 2024, 57min40s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i62wjBcrpfQ>. Acesso em: 10 out. 2024.

LA GRANDE LIBRAIRIE - FRANCE TÉLÉVISIONS. Pour « Frère d'âme », David Diop se glisse dans la tête d'un tirailleur sénégalais. YouTube, 18 out. 2018, 12min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04BnVGtD6pY>. Acesso em: 10 out. 2025.